

Eleusa Mizrahy Polakiewicz

A CRISE ATUAL DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE ISRAELITA DE BELO

HORIZONTE : O PROJETO AVIV

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG
2006

Eleusa Mizrahy Polakiewicz

A CRISE ATUAL DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE ISRAELITA DE BELO

HORIZONTE: O PROJETO AVIV

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Ricardo Augusto Alves de Carvalho

Co-orientadora: Marília Novais da Mata Machado

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG
2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Ricardo Augusto Alves de Carvalho e Marília Novais da Mata Machado pela receptividade e partilha de seus conhecimentos para que eu pudesse empreender o curso do mestrado e estruturar esta dissertação.

Sou muito grata aos companheiros do Aviv, em particular, agradeço ao Rabino Leonardo Alanati por seu convite e pelo exemplo de participação junto a cada membro de nossa comunidade.

RESUMO

Esta dissertação se insere no campo da Psicossociologia do Trabalho, disciplina integrante do Mestrado de Psicologia Social da UFMG, e tem como tema a crise atual do trabalho.

De caráter qualitativo, o estudo visa a compreender a realidade psicossocial envolvida na procura de trabalho/emprego, seja como trabalhador na condição de desemprego, seja como agente social implicado nessa questão.

Toma-se como ponto de partida o empenho do projeto Aviv em responder à demanda de trabalhadores por trabalho/emprego na comunidade israelita de Belo Horizonte, diante da atual crise do trabalho.

Teoricamente, este estudo baseou-se na Psicossociologia de orientação francesa, através da obra de Eugène Enriquez, *Organização em análise*, para considerar as várias dimensões dos fenômenos sociais e, assim, ampliar os conhecimentos nesse campo de estudo.

Ao se procurar compreender a realidade envolvida na busca por trabalho/emprego, deparou-se, no projeto Aviv, com a complexidade da crise atual do trabalho em seus desdobramentos sociais e pessoais e, ao mesmo tempo, redimensionou-se o próprio projeto, pela visão de suas limitações e possibilidades frente a esses processos.

A análise da comunidade israelita de Belo Horizonte através do projeto Aviv assinala, ainda, processos positivos de mudança, tanto pelo restabelecimento de vínculos comunitários, como pela articulação com a dimensão histórica da categoria trabalho.

Temas pertinentes à pesquisa foram desenvolvidos, tais como a crise atual do trabalho, o sujeito no contexto contemporâneo e a questão da identidade, entre outros.

Abstract

The present dissertation is inserted in the field of Work Psychosociology, in the Master's Program of Social Psychology, from the UFMG. Its main theme is the actual work crisis.

This study has a qualitative approach and its aim is to comprehend the psychosocial reality involved in the search for work/job, from the point of view of the worker in the jobless condition or from the perspective of a social agent implied with the issue.

Its starting point is the effort of the AVIV Project in answering the workers demand for work/job in the Israeli Community of Belo Horizonte, due to the actual work crisis.

Theoretically, this study was based on the French oriented Psychosociology, especially on Eugène Enriquez's work, *The Organization in Analysis*, that considers the various dimensions involved in the social phenomenon and, therefore, extend the knowledge in this field of study.

In trying to understand the reality involved in the search for work/job for the AVIV Project, the complex dimension of the actual work crisis became evident and its social and personal implications were enlarged, and, at the same time, this allowed to redefine the project, based on the comprehension of its limitations in front of these processes.

The analysis of the Israeli Community of Belo Horizonte, through the AVIV project, points out, yet, positive processes of changing, by reestablishing the community links and also by the articulation with the historical dimension that can be found considering the work category.

Others important themes related to the research work carried out, such as the actual international work crisis, the subject in the contemporary context and the question of identity were also developed.

(Polakiewicz, Eleusa Mizrahy. *The Actual Work Crisis: A Reflection in the Israeli Community of Minas through the Aviv Project*. Dissertation for Master's Degree. Program of Graduation in Psychology at the Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Brasil.)

LISTA DE TABELAS

1. TABELA 1: Faixa etária dos participantes do projeto Aviv.....31
2. TABELA 2: Distribuição dos participantes do projeto Aviv por escolaridade.....32
3. TABELA 3: Distribuição dos participantes do projeto Aviv por sexo.....32
4. TABELA 4: Distribuição dos participantes do projeto Aviv por área de atuação.....32
5. TABELA 5: Distribuição dos participantes do projeto Aviv segundo Pochmann.....33
6. TABELA 6: Recolocações ocorridas no Aviv de março de 2003 a dezembro de 2004.....33
7. TABELA 7: Comparação da demanda por trabalho/emprego no projeto Aviv.....36

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	ASSOCIAÇÃO ISRAELITA BRASILEIRA
Aviv	PRIMAVERA EM HEBRAICO. PROJETO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR EM BUSCA DE TRABALHO /EMPREGO
CIBH	COMUNIDADE ISRAELITA DE BELO HORIZONTE
CIM	CONGREGAÇÃO ISRAELITA MINEIRA
CIP	CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA
Conib	CONFEDERAÇÃO ISRAELITA BRASILEIRA
Fisemg	FEDERAÇÃO ISRAELITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IHIM	INSTITUTO HISTÓRICO ISRAELITA MINEIRO
UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UIBH	UNIÃO ISRAELITA DE BELO HORIZONTE

LISTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa serão sempre identificados por atividade, sexo e número, nessa seqüência. Algumas atividades, por terem o nome composto, virão designadas pelas duas letras iniciais. Exemplo: Entrevista coletiva: EC.

Ainda que a fala possa pertencer ao mesmo participante, o fato de estar em uma atividade diversa faz com que ele tenha um outro número, o que dificulta sua identificação.

ABREVIATURA	ATIVIDADES	SEXO	NÚMERO
E	Entrevistas de vivências		
EC	Entrevista coletiva	M = MULHER	
ER	Entrevista de retorno	H = HOMEM	
G	Grupo da gerência		
O	Oficina de projeto		

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10	
CAPÍTULO I : O TRABALHO:		
1.1. A CRISE DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	12	
1.2. O LUGAR DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR	17	
1.2.1 ELABORAÇÃO TEÓRICA SOBRE A NOÇÃO DE IDENTIDADE.....	18	
1.2.2 TRABALHO E IDENTIDADE.....	20	
CAPÍTULO II: O PROJETO AVIV		25
2.1. BREVE HISTÓRICO DO PROJETO AVIV	25	
2.2. A PARTICIPAÇÃO DA AUTORA COMO VOLUNTÁRIA DO PROJETO AVIV	27	
2.3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO AVIV.....	30	
CAPÍTULO III: METODOLOGIA DA PESQUISA.....		38
CAPÍTULO IV: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL		45
4.1. UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA COMUNIDADE ISRAELITA DE BELO HORIZONTE	45	
4.1.1 A INSTÂNCIA MÍTICA.....	45	
4.1.2 A INSTÂNCIA SOCIO-HISTÓRICA.....	47	
4.1.3 A INSTÂNCIA ORGANIZACIONAL.....	59	
4.1.4 O IMAGINÁRIO ENGANOSO E O MOTOR.....	62	
4.1.5 A CIBH E O MUNDO DO TRABALHO.....	63	
4.2. O PROJETO AVIV EM ANÁLISE: A INSTÂNCIA GRUPAL.....	67	
4.2.1 A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A CIBH.....	75	
4.2.2 DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE RENDA.....	76	
4.2.3 O PROJETO AVIV E A DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE PRODUÇÃO E GESTÃO.....	78	
4.3.: A INSTÂNCIA INDIVIDUAL.....	79	
4.4.: A IMPLICAÇÃO DA PESQUISADORA E A PESQUISA.....	83	
CONCLUSÃO.....		87
REFERÊNCIAS.....		93

INTRODUÇÃO

Esta dissertação consistiu em pesquisar a realidade psicossocial envolvida na procura de trabalho/emprego e tomou como base empírica as atividades desenvolvidas pelo projeto Aviv enquanto uma “resposta” à crise atual do trabalho e seu avanço na CIBH. Foi conduzida por meio de observação participante, entrevistas, reuniões e oficinas, analisadas segundo as instâncias propostas por Eugène Enriquez em *Organização em análise*, obra representante da psicossociologia francesa.

A escolha do tema e do local a ser pesquisado vincula-se à trajetória de vida da autora como membro da CIBH, e a seu trabalho, desde o início voltado para as questões ocupacionais relacionadas ao mundo escolar e à clínica.

No capítulo 1, tratou-se de temas fundamentais ao estudo, como a crise atual do trabalho e suas implicações na identidade e sofrimento dos sujeitos trabalhadores, a partir de um referencial teórico amplo, capaz de abarcar as questões psicossociais pertinentes aos temas.

No capítulo 2, foi descrito o projeto Aviv como resposta da CIBH à crise atual do trabalho.

No capítulo 3, apresentou-se a metodologia da pesquisa segundo seus ciclos, considerando-se o processo inicial do projeto Aviv como a fase exploratória. O trabalho de campo consistiu num momento relacional e prático, em que foram realizadas entrevistas individuais e a oficina de projeto, aliadas ao material bibliográfico.

Do capítulo 4 constam o tratamento do material recolhido, ordenado e classificado, bem como a análise de todos os elementos envolvidos na pesquisa através da abordagem psicossociológica, que demarca, como contribuição, as singularidades do estudo.

O capítulo 5 apresenta uma conclusão da dissertação, seguida das referências.

CAPÍTULO I

O TRABALHO

1.1. A CRISE DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Os conceitos de desemprego, trabalho e emprego se inter-relacionam. Galeazzi (2002) relata que, no final do século XIX, o trabalho passou a ser visto como uma categoria historicamente definida. O mercado de trabalho, como *locus* de oferta de emprego, instituiu-se na Primeira Revolução Industrial, concomitante à noção de desemprego, surgida quando o assalariamento passou a ser hegemônico nas relações laborais, durante o século XX.

O conceito de desemprego inclui desempregados e indivíduos que procuram trabalho, distintos dos inativos e dos ocupados. A definição ampliada de desemprego incorpora trabalho precário: “A população desempregada compreende os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem um trabalho irregular com desejo de mudança” (SEADE, 1995).

O trabalho, a crise atual do trabalho e o desemprego são fenômenos pertinentes ao desenvolvimento tecnológico, assim como ao capitalismo, aqui abordados a partir do estudo de Pochmann (2001) sobre o emprego na globalização.

O trabalho, enquanto atividade humana, sofreu mudanças em seu significado, organização e distribuição no espaço e no tempo. Mudaram também as teorias a seu respeito.

No capitalismo industrial (séc. XVIII a XX), consolidaram-se as relações assalariadas de produção, polarizando-se as forças entre, de um lado, os proprietários dos meios de produção, chamados capitalistas ou burguesia industrial e, do outro, os trabalhadores a vender, em troca de salário, sua força de trabalho para a produção de mercadoria. A divisão internacional do trabalho (DIT) ocorre com o envio de produtos primários, agrícolas e minerais das colônias ou dos países periféricos (em relação aos centros de poder) para a metrópole ou país central, que os reenvia na forma de produtos industrializados. Em 1900, o setor primário era explorado por 9% dos trabalhadores da Inglaterra e 73% dos trabalhadores no Brasil. Uma parcela de 13% da população mundial, situada em cinco países, foi responsável por 74% da produção de manufatura do mundo no começo do século XX (POCHMANAN, 2001).

No final do século XIX surge o capitalismo financeiro ou monopolista, que se consolida após a Segunda Guerra Mundial e prolonga-se até nossos dias, tendo como características o enfraquecimento da livre concorrência, a formação de monopólios e oligopólios, a prática de cartéis. É um capitalismo globalizado.

Para se compreender o fenômeno da globalização e seus impactos sobre as sociedades, é necessário relembrar fatos históricos, como a política colonial de expansão territorial de países europeus, que fez avançar as técnicas de navegação em busca de produtos a serem comercializados e de novos mercados. A europeização das colônias conquistadas implicou a imposição da cultura da metrópole e do seu modo de organizar a economia e a produção segundo o modelo do capitalismo nascente. Durante quatro séculos (do século XVI ao século XX), países europeus lideraram as relações internacionais, estabelecendo uma ordem mundial capitalista que lhes convinha. Essa fase de expansão do capitalismo pode ser entendida como uma etapa inicial da globalização.

Após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), inicia-se um processo de americanização, intensificado depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a transnacionalização do capital produtivo e financeiro de vários países. Em alguns países do terceiro mundo¹ o crescimento industrial traz investimentos e empregos. A disputa entre as empresas transnacionais pelo mercado mundial acarreta investimentos em pesquisa científica e tecnologia, dando origem à terceira revolução científica e tecnológica, ainda em curso.

A União Soviética adota uma estratégia econômica centralmente planejada. Seu confronto com os Estados Unidos torna-se conhecido como Guerra Fria.

A posse de conhecimentos e de grandes recursos financeiros, além do domínio das técnicas de comercialização e de administração, conferem poder político, econômico e financeiro às empresas transnacionais, que passam a criar e definir a localização dos postos de trabalho no mundo, o que acaba por gerar uma crise mundial do trabalho. Ao explicar assim a globalização, Pochmann (2001) ressalta que os investimentos financeiros em ciência e tecnologia voltam aos países de origem, responsáveis pelas funções de planejamento, ficando a produção e a mão-de-obra distribuídas segundo o oferecimento de menor custo. Tais condições implicam, para ele, o enfraquecimento de nações que não possuem uma economia desenvolvida e que, para a obtenção de investimentos, cedem às pressões econômicas e desarticulam os sistemas produtivos locais, os sindicatos e as regulamentações trabalhistas.

Os Estados nacionais, as empresas, as economias e os trabalhadores sofrem os efeitos da globalização, entre os quais o desemprego.

¹ Os países foram divididos em países do primeiro mundo, com poder de tomar decisões, países do sistema socialista, considerados desenvolvidos e países do terceiro mundo, que, para promover seu desenvolvimento, contam com a produção agrícola para pagar as dívidas e os produtos adquiridos dos países do primeiro mundo.

Segundo Pochmann (2001), o capitalismo brasileiro, entre 1890 e 1980, foi um dos mais dinâmicos, com um desempenho econômico superior à média mundial nos anos 1950 a 1980, quando atingiu um PIB estimado em 4,14% e uma média de expansão da produção de 7%. No início do século, a renda nacional correspondia a 0,7% da economia mundial e, 80 anos depois, a participação do Brasil era cinco vezes maior (3,5%). Contudo, nas duas últimas décadas do século XX, a participação do país representou apenas 2,8% da renda mundial, acusando regressão. Quanto à renda *per capita*, o autor observa que, nos anos 1930, era de 24% em relação à dos países ricos e que, em 1980, equivalia a 36,1%, tendo caído para 27% em 1999, devido à estagnação do país.

Para Pochmann (2001), a participação do Brasil no produto mundial foi favorecida pelo projeto de industrialização, com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno.

As transformações tecnológicas e a nova forma de administrar a produção por parte das empresas transnacionais geram tanto uma nova composição do emprego quanto um excedente de mão-de-obra, com destaque para as profissões diretivas e “superiores” e perda da participação das profissões “inferiores”, responsáveis por operações simples e manuais.

A carência de mecanismos sociais de proteção, no Brasil, faz com que esse excedente de mão-de-obra seja escamoteado por estratégias de sobrevivência, sem por isso deixar de aumentar a participação do país no desemprego mundial, ao mesmo tempo em que se intensificam as desigualdades no acesso aos postos de trabalho, dado o grau de exigência na seleção.

Para conter o avanço do desemprego e a precarização do uso da força de trabalho, o Estado brasileiro teria, como alternativa, a formação e o constante treinamento profissional. Tal

procedimento é, segundo Pochmann (2001), apoiado pelo pensamento liberal, que reforça as ações destinadas à elevação da qualidade de mão-de-obra e propõe mecanismos de proteção social que levem à estrita empregabilidade do trabalhador.

A concorrência capitalista faz com que as empresas, a partir de modelos diversificados de organização do trabalho e de tarefas, busquem atender ao mercado através da variação de seus produtos e do uso de estratégias de competitividade e produtividade. Para isso, requerem um novo perfil de trabalhador, cujas características sejam a polivalência e a capacidade de autonomia relativa e de trabalhar em equipe, diferentemente do perfil anterior, que enfatizava destreza, aptidão e discernimento.

Segundo Pochmann (2001), o Brasil teve diferentes regimes em seu desenvolvimento industrial. O emprego não chegou a ser tão marcante como na Inglaterra e na Alemanha, onde representou 2/3 da mão-de-obra. Durante a expansão industrial dos anos 1970, apenas 1/3 dos trabalhadores brasileiros estavam na indústria, o restante no campo e no terceiro setor. Conforme dados de 1990, o Brasil tinha 66,4% de postos de atividades simples e de execução, enquanto Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França e Inglaterra situavam-se entre 43% e 49%. Os postos de controle e supervisão no Brasil representavam 15,8%, ao passo que, nos países acima, situavam-se entre 23,9% e 28%. Quanto aos postos de gerência, direção, planejamento e programação de nível superior, o Brasil contava com 17,8% e os países citados variavam entre 25,9% e 32,8%.

Desde os anos 1930, o setor primário brasileiro (agropecuária) vem reduzindo sua participação no volume de ocupação total. Por outro lado, a inserção do país na economia externa redundou em perdas acentuadas de postos na indústria, nos anos 1980 e 1990, particularmente

considerando-se que tal setor inclui manufatura e construção civil. A participação relativa das ocupações industriais vem perdendo terreno para as do chamado terceiro setor. Contudo, este não é suficientemente expressivo para absorver profissionais com ocupações superiores, que passaram a concorrer com os trabalhadores de baixa qualificação.

Pochmann (2001) analisa o Brasil a partir de quatro classes ocupacionais não industriais: distribuição (comunicação, transporte, comércio); produção (atendimentos e insumos diretos à produção); social (atendimento ao consumo coletivo); pessoal (consumo individual). Devido ao êxodo rural e à insuficiência de postos de trabalho na indústria, o setor de serviços absorve trabalhadores informais, principalmente na classe de distribuição, o que levou Pochmann a concluir que, no Brasil, as novas tendências das ocupações profissionais não expressam a adoção generalizada do novo paradigma técnico-produtivo e que o aumento de qualificação no setor público ou formal se deve à falta de vagas e à redução de trabalhadores em profissões associadas a maior exigência de qualificação, numa cadeia produtiva que, em 1990, já estava em processo de desarticulação, devido à mudança de orientação na economia.

Todas essas mudanças afetam o cotidiano do trabalhador que busca manter-se, de alguma forma, ligado a um sistema produtivo, reduzido do número de vagas e incapaz de oferecer condições de qualificação.

A posição central do trabalho desempenha funções na construção da identidade do trabalhador, tema abordado a seguir.

1.2. O LUGAR DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR

Nas sociedades pré-capitalistas, a identidade era construída de acordo com os grupos aos quais os sujeitos pertenciam. Nas capitalistas, passou a ser construída na relação do indivíduo com o trabalho.

Com as mudanças mundiais de produção e organização laboral, o trabalho

ressurge forte em novas configurações sócio-produtivas, reafirmando a sua centralidade na dinâmica societal, como nucleador dos processos de construção da identidade social e no estabelecimento dos vínculos de natureza também social. Com isso quero dizer que o trabalho continua sendo fundante em termos dos papéis sociais representativos do “eu”. É, portanto, aquilo que faço e a partir do que faço que posso então me construir como pessoa ou como sujeito social, o que evidencia a importância do *homo faber* no mundo contemporâneo. Podemos talvez, nessa direção, considerar o trabalho um predicado universal e genérico, “definidor” do gênero humano. (CARVALHO, 2001, p. 157)

Enquanto elemento nuclear da sociedade contemporânea, o trabalho ganha nova significação e passa a conferir legitimidade ao sujeito trabalhador.

Tudo isso é especialmente importante no caso dos judeus, cuja identidade “pré-capitalista” fundava-se sobretudo no grupo familiar de origem e na tradição. O capitalismo os leva a questionar essas referências e mesmo colocá-las como opções pessoais, o que traz conseqüências para suas vidas.

1.2.1. ELABORAÇÃO TEÓRICA SOBRE A NOÇÃO DE IDENTIDADE.

A importância dada ao conceito de identidade está relacionada ao valor atribuído à individualidade e às manifestações do eu. No âmbito da psicologia e da sociologia, o conceito de identidade teve abordagens diversas, algumas expressas de forma abstrata e atemporal (JACQUES, 1998).

Destacam-se, aqui, definições que consideram a dimensão cultural e histórica da noção.

Freud (1976) coloca a questão das “identificações múltiplas” em *Psicologia de grupo e análise do ego*:

Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e constituiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais – as de sua raça, classe, credo, nacionalidade, etc. – podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade. (FREUD, 1976, p. 163)

É a partir dessa proposição freudiana que Enriquez (1999) aborda a identidade como processo de construção, em contraposição à noção de identidade como permanência no tempo, unidade e coesão totalizante, similaridade/identificação com o outro, como classe, gênero e espécie.

Em sociologia, enfatiza-se a identidade como fonte de significado, distinguindo-se de papel:

É necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis e conjunto de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação. Embora (...) as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. Na verdade, algumas autodefinições podem também coincidir com papéis sociais, por exemplo, no momento em que ser pai é a mais importante autodefinição do ponto de vista do ator. Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. (CASTELLS, 1999, p. 22)

Castells diferencia três formas e origens no processo de construção das identidades, situando-as no campo das relações de poder e no contexto em que são construídas:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições /condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo, que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1999, p. 24)

Sobre a diferença de formas e origens de construção de identidades, pode-se aprofundar as indagações a propósito da construção dos processos identitários dos trabalhadores na condição de desemprego. Durante as observações e análises, investigar-se-ão a possibilidade do aprisionamento na identidade legitimadora, a de resistência, bem como a possibilidade de mobilização para construção de uma identidade de projeto, visando a uma mudança social e individual.

A produção identitária constitui-se na relação interpessoal, como um processo de construção permanente, em consonância com o momento socio-histórico e as possibilidades que este propicia, inserindo o indivíduo nas atividades de produção capazes de se substantivarem e se presentificarem como um atributo do eu: “Eu sou o que faço” (JACQUES, 2001).

1.2.2 TRABALHO E IDENTIDADE

A precarização e a desvalorização do trabalho, as dificuldades de inserção do trabalhador na cadeia produtiva ou mesmo sua exclusão são processos presentes na atual crise do trabalho e envolvem conseqüências perturbadoras para a construção identitária do trabalhador.

Ao articular trabalho e identidade, Enriquez (1999) pontua que a entrada no mundo do trabalho possibilita uma forma de inserção social. Assinala que o capitalismo contemporâneo tende “a considerar os homens como objetos eminentemente substituíveis, atendendo-se apenas aos problemas financeiros”. É essa tendência advinda da supervalorização do capital financeiro em nossa civilização que mobiliza “o desenvolvimento da perversão social, ligada ao desenvolvimento da psicologização do problema”.

Enriquez assim explica o processo de psicologização:

Poderão permanecer na empresa apenas aqueles que são considerados de excelente performance. Vocês sabem muito bem o que isso quer dizer, performance e excelência. Isso remete às pessoas vencedoras. São aquelas que matam de maneira tranqüila, sem dó, “fritando” o semelhante, um outro profissional. Mata-se de verdade e a pessoa lesada não tem idéia, nem tem a impressão de que querem matá-la. Isso é psicologização, na medida em que, se alguém não consegue conservar o seu trabalho, fala-se tranqüilamente: “Mas a culpa é sua. Você não soube fazer esforços necessários, você não teve uma alma de vencedor, você não é um herói”. Isso quer dizer que é preciso ser um herói, num cavalo branco, para ganhar as coisas ou as guerras. Então, a psicologização quer dizer: “Você é culpado e não a organização da empresa ou da sociedade. A culpa é só sua”. Isso culpabiliza as pessoas de modo quase total, pessoas que, além disso, ficam submetidas a um estresse profissional extremamente forte. Então as empresas exigem daqueles que permanecem devotamento, lealdade e fidelidade, mas ela não dá nada em troca. Ela vai dizer simplesmente: “Você tem a chance de continuar, mas talvez você também não permaneça”. As pessoas estão cada vez menos inseridas no tecido social. (ENRIQUEZ, 1999, p. 78)

A psicologização de uma questão social fecha o cenário para o trabalhador, arrastando-o a uma representação do trabalho ou da falta do emprego enganosa, tirando-lhe a visão coletiva, provocando-lhe um sentimento de inutilidade, um não saber mais ser cidadão.

Esse lado perverso do capitalismo contemporâneo desencadeia o adoecimento do trabalhador pela dissolução dos laços de filiação. Carvalho (1995, p.58), em pesquisa no campo da saúde mental e trabalho, aborda a temática da construção da identidade e aponta o espaço grupal como “*locus* privilegiado na produção subjetiva dos trabalhadores”. Estes, mesmo na condição de empregados, sofrem permanente instabilidade emocional diante das levas de

demissões de companheiros e das dificuldades que encontram para recolocar-se no mercado de trabalho. Vários estudos constatam que tais condições debilitam a saúde desses sujeitos, que passam a se empenhar sempre mais, acumulando funções e responsabilidades para se manterem em atividade e obter renda e pertinência.

Estudos ressaltam os desdobramentos sociais da perda do emprego para o trabalhador, na medida em que se perdem também as possibilidades de reconhecimento social, devido à retirada do mundo do consumo, a pertinência e a identidade social, ocasionando dificuldades de desempenhar outros papéis sociais. Tais conseqüências, como uma cascata, caem sobre essas pessoas, mas dependem também da forma de demissão (coletiva ou não), bem como do ajustamento que seus pares ou constelação familiar mais ampla conseguem na nova situação. As crises vão da “adaptação” à marginalização e ao adoecimento, não apenas do desempregado, mas de suas relações, que tendem a se romper, após vivenciarem pressão e culpabilização.

Vários estudos (ANTUNES, 1997, 2002; GUIMARÃES, 2002; LIMA e BORGES, 2002; BARROS; SALES; NOGUEIRA., 2002) apresentam reflexões e elaborações sobre o fenômeno do desemprego, ampliando o debate segundo concepções políticas, econômicas, filosóficas e psicossociais.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho. Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1997, p. 15)

O cenário atual de desigualdades e empobrecimento leva os indivíduos na condição de desemprego a vivências depressivas adoecedoras e desorganizadoras de suas identidades

(GOULART, 2002). Essas vivências impossibilitam sua participação enquanto cidadãos, dado o pequeno poder de influência que são capazes de exercer no contexto geral.

Segundo Enriquez (1999, p. 69), “o trabalho é um dos elementos constitutivos do ser humano” e “toda perda de trabalho provoca uma ferida profunda na identidade de diferentes pessoas, concorrendo para a desagregação de suas personalidades”, tese corroborada por Lira e Weinstein, que, em 1980, fizeram importante revisão do assunto ao estudarem, no Chile, os acompanhamentos psicológicos de pessoas desempregadas, delineando as etapas de evolução da psicopatologia, os aspectos psicodinâmicos e as reações patológicas vinculadas ao desemprego.²

A desarticulação da prática social decorrente do desemprego deixa um vazio que gera desequilíbrio no espaço interno das relações privadas, superdimensionando esse espaço, bem como nas relações concretas e reais de reflexão, participação social e política. (LIRA; WEINSTEIN, 1980, p. 22)

As etapas de evolução do adoecimento do desempregado envolvem sentimento de impotência individual, de falta de sentido da vida, de ausência de normas, perda da dimensão temporal e distanciamento cultural.

Os aspectos psicodinâmicos decorrentes do desemprego estão vinculados à alienação e à frustração, gerando respostas psicológicas com reflexos na vida familiar e na atitude em face da sociedade e de si mesmo. As respostas psicológicas são, na seqüência: 1) agressão, dirigida a si, ao sistema social, ou deslocada para outro objeto (como a família); 2) regressão, expressa pela falta de controle emocional, demandas exageradas e irracionais, condutas submissas e dependentes; 3) fixação, manifestada pela estereotipia das respostas, evidenciando incapacidade para mudar ou aceitar mudanças, o que, juntamente com a alteração de sentido e significado do

tempo vivido pelo desempregado, leva à fase seguinte; e 4) apatia, como resposta defensiva à frustração prolongada, que faz com que o indivíduo não tente mais nada e comece a aceitar com certo fatalismo o que antes era inaceitável.

As reações patológicas, originadas da frustração prolongada decorrente do desemprego, influem na conduta e na identidade social e, portanto, na forma de desenvolver a atividade concreta. Um longo desemprego produz a ruptura do projeto de vida, a perda de perspectiva, o sentir-se alheio a si mesmo, a ruptura de tipo psicótico por perda de parâmetros de identidade. Destacam-se quatro momentos fundamentais:

1. A crise: sob o impacto da perda do emprego, o indivíduo sente insegurança e apresenta irritabilidade, insônia, oscilações de humor e angústia.
2. A transição: com a preponderância dos sentimentos de desânimo, de culpa, de tristeza, há o início do isolamento, com a evidência da sensação de impotência.
3. A adaptação: piora do isolamento e da culpabilidade pela injustiça que circunda o sujeito. Podem ocorrer estratégias de evasão, através da mendicância, do alcoolismo, da drogadição e também da hipocondria e de doenças psicossomáticas.
4. O ajustamento mórbido: caracterizado pelo embotamento afetivo, agravamento do desalento, deterioração da auto-imagem e estruturação de um profundo fatalismo.

² Lima (2002) e Kilimnik (1998) assinalam, também, aspectos positivos advindos da perda do trabalho/emprego como a ruptura da acomodação ou morbidez e a abertura para a criatividade e novas possibilidades de vida o que optamos por não desenvolver aqui.

CAPÍTULO II

O PROJETO AVIV³

2.1. BREVE HISTÓRICO DO PROJETO AVIV

Profissionais desempregados em busca de oportunidade e emprego constituem uma demanda crescente que chega ao rabino da Congregação Israelita Mineira (CIM)⁴ que, para enfrentá-la, cria em março de 2003 o projeto Aviv, palavra que significa primavera em hebraico.

Esse projeto põe em marcha mecanismos internos e externos à CIBH⁵ para formar uma rede capaz de levá-la a atingir o objetivo de recolocar os seus membros no mercado de trabalho.

O projeto Aviv, em sua primeira formulação escrita,⁶ consistiria em “uma conjugação de esforços mútuos para promover um intercâmbio entre todos os indivíduos que compõem as comunidades judaicas, preservando a tradição de suporte social”. O princípio básico seria o de buscar, junto com a pessoa, “uma nova posição no mercado de trabalho, uma forma de renda que permita a ela uma vida digna”. Esse princípio nortearia as ações do projeto para favorecer a autonomia do trabalhador e não sua dependência ou acomodação na espera de uma solução vinda de fora.

A gerência do projeto ficaria a cargo de um grupo formado por um coordenador, seu substituto (coordenador adjunto), uma secretária executiva, o presidente e o vice-presidente da

³ Vide no anexo, após as referências, um esquema das instituições que fazem parte da Comunidade Israelita de Belo Horizonte a localização do projeto Aviv.

⁴ Congregação Israelita Mineira (CIM), fundada em setembro de 1996, com sede na Rua Rio Grande do Norte, 474.

⁵ Comunidade Israelita de Belo Horizonte. Comunidade é a expressão usada pela “colônia judaica” para se referir ao conjunto de membros descendentes de judeus residentes em uma determinada cidade. Esse termo é mais amplo que o conjunto de instituições, prédios, organizações e grupos que a compõem. Não se refere, portanto, a um local específico ou a uma população de uma classe social determinada.

CIM, além de um empresário do setor industrial. Desse grupo, apenas a secretária executiva seria remunerada.

Para realizar suas metas, o projeto cadastraria tanto instituições como pessoas. O primeiro caso incluiria instituições nacionais e internacionais, laicas ou judaicas, que formariam uma rede de relações, viabilizando verbas, informações, instrumentos de trabalho, estudos e pesquisas para a consecução dos atendimentos, capacitações e encaminhamentos de trabalhadores.

O segundo caso previa dois cadastros: um com nomes de possíveis doadores de verbas ou oportunidades de colocação de candidatos; e o outro com os nomes de pessoas em busca de trabalho e/ou emprego. Nesses cadastros deveriam constar dados como idade, moradia, *e-mail*, endereço comercial, escolaridade, profissão e negócios.

O atendimento ao trabalhador desempregado ou em dificuldades contaria com um sistema seguro de sigilo dos dados e ocorreria por meio de ações de apoio, contatos, encaminhamentos, informação e orientação profissional. As ações de apoio financeiro ou emocional seriam vinculadas às condições de crise, enquanto as de contato estariam ligadas à colocação ou recolocação profissional. Os encaminhamentos seriam feitos tanto para atendimento médico e psicológico como para qualificação, treinamento, indicação de vagas e de concurso no mercado de trabalho. As ações de informação e orientação profissional explorariam as exigências, desejos e possibilidades tanto do candidato a obtenção de trabalho/emprego, quanto do mercado empregador, público ou privado. Informar-se-iam os aspectos pessoais em alta para o mercado de emprego/trabalho e divulgar-se-iam as necessidades de formação do profissional e os locais de capacitação para o desempenho de atividades específicas.

⁶ Esboço do projeto Aviv, disquete de 7/2/03.

O projeto seria, assim, um espaço integrado de aconselhamento e de recursos colocados à disposição do público-alvo.

A média de acolhimento, de colocação ou recolocação e de oportunidade de ascensão cultural oferecida aos trabalhadores em busca de trabalho/emprego balizaria o sucesso imediato da estrutura do projeto.

Seriam necessários voluntários para que o projeto concretizasse ações de formação e ensino de atividades como artesanato e culinária, rotinas da secretaria do projeto ou, ainda, a busca de oportunidade de trabalho/emprego por meio de contatos externos, locais ou não, o que expandiria a rede de relações e as possibilidades do projeto.

2.2. A PARTICIPAÇÃO DA AUTORA COMO VOLUNTÁRIA DO PROJETO AVIV⁷

A CIM solicitou a participação voluntária da autora no projeto Aviv, pois, para recolocar os trabalhadores que a procuravam, precisava da elaboração do perfil de cada um, a fim de obter a satisfação tanto do trabalhador como do empresário, atingindo, assim, o sucesso do projeto.

⁷ O trabalho voluntário foi objeto de artigos nos jornais do CRP, que alertavam para o risco de realização, por psicólogos, de um trabalho não crítico e de reprodução da estrutura social. Na Internet também foi possível localizar artigos divergentes, compondo um debate entre os que temem a realização de um trabalho não crítico pelo profissional voluntário, num processo de manutenção da condição de exploração social, e aqueles que o defendem como um movimento em expansão no mundo por uma consciência cívica de participação comunitária. Furtado O., professor do Departamento de Psicologia Social da PUC-SP, aborda os aspectos positivos e negativos do voluntariado e da evolução histórica desse tipo de abordagem, que abarca desde os movimentos conservadores das igrejas e a militância política dos anos 60-70 até o Estado democrático, quando o cenário muda novamente, com as organizações não governamentais. Furtado sustenta a necessidade de uma fiscalização e uma boa teoria política e popular, para que não se caia num ativismo inconseqüente. Setúbal R., vice-presidente do centro de voluntariado de São Paulo, ressalta a impossibilidade de se resolverem problemas sociais por meio de ações isoladas, e postula a ação voluntária por pressupor a conscientização de pertinência comunitária, um compromisso efetivo, uma luta contra as desigualdades sociais articulada pelo terceiro setor através da arma da solidariedade (FURTADO O.; SETÚBAL R. *Polêmica: voluntariado: solução ou acobertamento*. Última atualização em 25/2/06. <http://www.psyu.com.br/interna.asp-idCliente-24&acao-pi&id=864htm>).

Esperava que fossem detectadas, nas entrevistas e no teste, as pessoas que necessitassem de assistência médico-psicológica e encaminhamento.

A identificação com as metas do projeto de ajuda ao trabalhador contribuiu para a adesão da autora, que disponibilizou horários e especificou como preferencial a forma de atendimento em grupo. Os atendimentos foram iniciados em março de 2003.

O projeto já contava com a participação voluntária de uma psicóloga, que desempenhava funções de apoio e que, em abril, foi contratada como secretária executiva. O atendimento realizado pela autora contou com a presença dessa psicóloga, que manifestou interesse em acompanhar as entrevistas coletivas e o levantamento do perfil dos candidatos inscritos. A convite dela, a autora passou a participar também das reuniões da gerência.

Até agosto de 2004, o candidato era acolhido, inicialmente, pela secretária executiva, que recebia currículos, sondava as expectativas financeiras e de trabalho, acertava o pagamento de uma porcentagem de seus primeiros vencimentos para o fundo de Tzedacá,⁸ a fim de viabilizar a continuidade do atendimento aos desempregados, explicava os tipos de atendimento realizados pelo Aviv e encaminhava pessoas ao setor de orientação.

Num primeiro momento, para conhecer a demanda existente, adotou-se a estratégia de entrevistas coletivas que, em 2003, foram realizadas no consultório da autora, até que se disponibilizasse um local adequado para isso na Associação Israelita. As entrevistas coletivas de apresentação possibilitaram esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do projeto Aviv e viabilizaram relatos sobre as vivências da condição de desemprego e busca de trabalho. A troca

⁸ *Tsedacá* é um conceito que vai além do de caridade e abarca a noção de justiça social. Preconiza que “todos somos responsáveis por todos” e, assim, a sociedade deve intervir ativamente na solução dos problemas sociais, conforme quarta tese desenvolvida por Kliksberg (2001).

de experiências e o partilhar de expectativas, restrições e possibilidades dos candidatos abriram espaço para o conhecimento mútuo ou o reencontro de conhecidos de infância, efetivando a rede de relações e facilitando o trabalho de percepção das condições emocionais e de elaboração dos perfis dos inscritos. No final da dinâmica de apresentação, foi oferecida uma avaliação, por meio do teste de Lüscher completo,⁹ para a elaboração de um laudo psicológico restrito às necessidades da função a ser exercida pelo desempregado, caso solicitado pela empresa contratante. Os atendimentos individuais ocorriam em caso de retorno e encaminhamento.

Enquanto projeto voluntário em fase de organização, o Aviv esteve mais voltado para a coesão grupal em torno do seu ideal e contou, então, com pouca estruturação das relações de papel e muita informalidade no trato entre os colaboradores. A pouca sistematização das rotinas e dos relatórios sobre atividades administrativas ou técnicas veio a interferir na organização dos dados, na sistematização e validação dos procedimentos técnicos, no levantamento estatístico e no controle, essenciais ao acompanhamento da gerência na prestação de contas do projeto.

A autora oscilou entre compreender os demais integrantes do projeto e tomar uma atitude de autodefesa, procurando não ser invadida em seu tempo, nem no espaço físico do seu consultório.

⁹ No Brasil, o teste de Lüscher é conhecido apenas pela série de oito cores. O teste completo compreende sete séries diante das quais os indivíduos realizam 48 escolhas. O autor se baseia na reação dos sistemas simpático e parassimpático ante as ondas luminosas. É a partir da resposta a estas que ele elabora as hipóteses sobre a adaptabilidade e as condições de saúde, sem deixar de levar em conta as pressões externas a que o sujeito está exposto, para lançar mão daquela adaptação. A primeira amostragem testada pelo autor para dar suporte às suas hipóteses compreende 36000 sujeitos testados em diferentes culturas e com quadros clínicos diversos. A autora aplica esse material em seleção e acompanhamento, levantando dados da amostra brasileira desde 1986, quando percebeu sua utilidade para anunciar riscos à saúde do trabalhador. Por não ser um teste comercializado no país em sua versão completa e por constar na classificação do CRP de novembro de 2003, sua aplicação foi interrompida como não recomendável e os minilaudos passaram a ser feitos com a dinâmica de apresentação ou com uma entrevista clínica. Consultamos as resoluções do CFP nº 001/2002, nº 002/2003 e nº 007/2003, que determinavam que o psicólogo, a partir de 6/11/2003, poderia utilizar apenas os instrumentos que tivessem um parecer favorável. O Art. 16 do Código de Ética Profissional do Psicólogo alerta que o descumprimento dessa determinação “será considerada falta ética, conforme disposto na alínea c. do Art. 1º e na alínea m. do Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo”.

Essas oscilações não a impediram de colaborar na divulgação do projeto, buscar ajuda e oportunidades de emprego junto a pessoas e instituições, aprimorar a organização dos atendimentos do projeto, prestar acolhimento e orientação aos desempregados, informar sobre necessidades e expectativas do mercado e do próprio candidato, bem como encaminhar para qualificação, recolocação e atendimento médico-psicológico.

2.3. O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO AVIV

A divulgação inicial e os contatos da gerência e colaboradores do projeto viabilizaram adesões de empresários e profissionais à rede de relações do Aviv. Algumas vagas foram oferecidas, verbas doadas e parcerias estudadas. Essas conquistas permitiram apreender melhor a realidade relativa às diferentes formas de assistência e de projetos de emprego, qualificação, treinamento, geração de renda, etc. Apesar disso, observa-se a dificuldade da gerência em compreender, aceitar e ajudar os trabalhadores inscritos no projeto.

Do período inicial até o momento, o setor de orientação ao desempregado realizou dez entrevistas coletivas, nove entre março de 2003 e abril de 2004 e a décima em abril de 2005. Havia, em média, quatro pessoas por encontro. O retorno sobre a atuação e a postura na dinâmica de acolhimento, encaminhamento clínico-psiquiátrico e psicológico ou elaboração de currículo ocorrem nos atendimentos individuais.

Foram atendidos 38 candidatos, em 2003 e 2004, nos grupos. Mais oito pessoas enviaram o currículo, mas não compareceram pessoalmente para qualquer processo, perfazendo um total de 46 inscritos oficialmente no setor de orientação. Neste estudo foram considerados apenas os 38

que percorreram as etapas propostas. Sua faixa etária vai dos 19 aos 65 anos e sua escolaridade, do ensino fundamental à pós-graduação. A maior parte fez curso universitário. As mulheres constituem a maioria e a área de atuação predominante é a de ciências humanas. Nem todos os que solicitaram a ajuda do projeto fizeram-no de acordo com o formato estabelecido por este, ou seja, chegaram-nos diretamente encaminhados pela secretaria executiva. Pessoas que participaram aleatoriamente da recolocação profissional não constam dos levantamentos desta pesquisa.

Tabela 1 : Faixa etária dos participantes do projeto Aviv

FAIXA ETÁRIA	
MENOR DE 20	1
20 – 30	17
31 – 40	6
41 – 50	5
51 – 60	7
MAIS DE 60	2
N	38

Tabela 2: Distribuição dos participantes do projeto Aviv por escolaridade

ESCOLARIDADE	
Primeiro grau	1
Segundo grau	10
Univ. incompleto	10
Universidade	16
Pós-graduação	1
N	38

Tabela 3: Distribuição dos participantes do projeto Aviv por sexo

SEXO	
Feminino	22
Masculino	16
N	38

Tabela 4: Distribuição dos participantes do projeto Aviv por área de atuação

ATUAÇÃO	
Adm/Cont/Fina/	5
Humanas	11
Vendas	9
Prestação de serv.	10
Não trabalhavam	3
N	38

Tabela 5: Distribuição dos participantes segundo classes ocupacionais propostas por Pochmann

ATUAÇÃO SEGUNDO POCHMANN	
Distribuição	15
Pessoal	12
Social	8
Produção	0
Não trabalhavam	3
	38

Tabela 6: Recolocações realizadas durante o estudo do projeto Aviv

RECOLOCAÇÕES ATÉ 12/4	
Pelo Aviv	8
Por conta própria	7
Em busca	23
N	38

Como veremos no quarto capítulo, o projeto Aviv enfrentou a dificuldade de obter o comparecimento dos trabalhadores e dos empresários, de conciliar as solicitações do mercado de empregos à formação e ao interesse do candidato, de receber a contribuição para o fundo de Tzedacá e a notificação do trabalhador sobre sua colocação por conta própria.

Essas dificuldades, vivenciadas pela gerência com ambivalência frente ao desempregado e ao seu próprio desempenho, levaram a desgastes, mas também a reflexões que redundaram em momentos de convergência interna e em maior interação com o trabalhador, aventando-se a

possibilidade de organização de grupos para geração de renda. Simultaneamente, foi mantida a regularidade das rotinas estabelecidas pelo Aviv até maio de 2004.

Aos poucos, alcançou-se maior compreensão do contexto e da condição de desemprego, da complexidade do processo de ajuda, da especificidade da recolocação, do funcionamento e das limitações da CIBH.

Após as férias de julho de 2004, a não obtenção de mais verbas precipitou a dispensa da secretária executiva (que, no entanto, continuou a trabalhar como voluntária) e os encontros da gerência diminuíram.

No segundo semestre de 2004, a autora realizou atendimentos encaminhados pela direção do projeto e outros que já propusera aos inscritos, com o consentimento da gerência, como a oficina de projetos. O trabalho com oficinas junto aos trabalhadores fez convergir as propostas de atendimento do Aviv com algumas necessidades dos participantes.

Dos 38 desempregados inscritos que passaram pela atividade de orientação, 11 se interessaram em participar das oficinas de projeto e oito confirmaram a presença quando foi marcada a data. Cinco compareceram alternadamente e quatro foram mais freqüentes.

Para prestar contas aos empresários simpatizantes do Aviv, em 13 de dezembro de 2004, a gerência organizou e sintetizou os dados sobre as atividades do ano, dentre os quais constavam as empresas que mais receberam candidatos do Aviv, as oficinas de projetos realizadas e os encaminhamentos a cursos de capacitação.

Em fevereiro de 2005, a doação de uma organização judaica norte-americana¹⁰ viabilizou a contratação de uma estagiária. Quando o rabino abriu um processo seletivo para o cargo de secretária executiva, a autora solicitou sua participação e a do presidente da CIM.

A autora, o rabino e o presidente da CIM tiveram a oportunidade de discutir e refletir sobre a seleção e suas dificuldades, considerando as vivências, as pessoas em busca de trabalho e os empregadores do projeto Aviv.

O processo seletivo constou de análise de currículo, entrevista e dinâmica de grupo com candidatas à vaga, alunas que espontaneamente se ofereceram por telefone, encaminhadas por amigos ou professores, inscritas como desempregadas no projeto e estudantes do movimento juvenil da CIBH.

O rabino escolheu uma jovem do movimento juvenil que executava trabalhos voluntários. A estagiária foi acolhida simultaneamente pelo rabino, pelo presidente da CIM e por esta autora, o que demandou uma comunicação freqüente entre essas pessoas. Buscou-se inteirar a estagiária das rotinas da secretaria.¹¹ Como se tratava de uma estudante de psicologia, foi chamada a atuar como observadora num grupo de acolhimento a desempregados. A autora se dispôs a ajudá-la, sempre que necessário.

A estagiária atuou no projeto durante três meses, mas, por motivo de doença, afastou-se, o que levou a nova interrupção, de dois meses, das atividades. O rabino recebeu a indicação da segunda estagiária que, após avaliada e aprovada, passou a trabalhar sob supervisão da autora.

¹⁰ WUPJ : União do mundo para o judaísmo progressivo.

¹¹ Recomenda-se que ela mantenha o registro diário das atividades, dos encaminhamentos, conforme modelo de 2004, e das cobranças para o fundo de *tzedacá*, aos recolocados, para facilitar o acompanhamento e a elaboração do relatório de prestação de contas do projeto AVIV a ser apresentado pelo rabino.

Em agosto de 2005, a nova estagiária, que exercia a função de secretária executiva do Aviv, foi apresentada à gerência do projeto e atualizou para 25 o número de desempregados em acompanhamento.

Como se pode ver, além do número de reuniões da gerência, também diminuiu o número de novas inscrições de pessoas em busca de emprego ou trabalho ao longo de 2004 e 2005.

Tabela 7: Comparação da demanda por trabalho/emprego no projeto Aviv

ATENDIMENTOS NOVOS REALIZADOS	
Em 2003	31
Em 2004	7
Em 2005	3
N	41

Em 2003 foram atendidas 31 pessoas em entrevistas coletivas e, em 2004, o número caiu para sete. Na entrada da segunda estagiária, em agosto de 2005, havia 25 inscritos no projeto. Até o final desse ano foram recebidos três novatos. Em novembro de 2005 contávamos com 16 inscritos, dos quais sete solicitaram imigração para Israel em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho. A secretária faz diretamente os encaminhamentos.

No segundo semestre de 2005, a autora participou de encontros nacionais de organizações da comunidade,¹² reuniu-se com o presidente da CIM e com o rabino, para trocar informações sobre o Aviv. Esforçou-se para que a estagiária respondesse suas demandas por conhecimentos sobre judaísmo, desemprego e técnica de entrevista. Ocorreram duas palestras, negociadas pela

¹² Encontro nacional das pioneiras e encontro do movimento judaico-cristão.

estagiária junto ao Senac, com temas ligados à colocação e recolocação profissional e abertas à participação de jovens universitários da CIBH.¹³ A frequência foi reduzida, mas os temas mobilizaram os presentes, indo ao encontro de seus interesses e dificuldades.

Como na seleção das estagiárias, o encontro com o rabino e com os demais participantes foi sempre uma oportunidade de refletir, partilhar vivências nas situações de escolha e trabalhar a própria relação no sentido de definir critérios, elaborar os medos e ir construindo uma identidade para o projeto. Constatou-se que os empresários não haviam demonstrado interesse por laudos ou perfis, tendo uma demanda “mais pragmática” e “pouco tempo” para análise. Registrou-se, ainda, a pressão de familiares de candidatos da comunidade junto aos selecionadores.

No final de 2005, a autora vislumbrou uma distorção entre a realidade do projeto Aviv e sua percepção deste a partir da análise de um organograma da primeira apresentação do projeto, em março de 2003. Diante de seu desconforto, solicitou uma entrevista ao rabino para avaliar a distorção/compreensão da demanda inicial e, ao mesmo tempo, refletir sobre a viabilidade ou não de dar continuidade à sua atuação no projeto.

Nesse encontro foi possível à autora pontuar a distância entre um trabalho participativo, tal como vinha percebendo e realizando, e um trabalho que tomava o trabalhador ou o voluntário como se fossem uma peça da engrenagem. A intervenção possibilitou o diálogo sobre a recorrente ansiedade das secretárias frente a pressões para o encaminhamento dos inscritos e seu desdobramento sobre os voluntários. Alertou-se para os riscos que o projeto corria se essa forma de interação persistisse.

¹³ A primeira palestra teve como tema o empreendedorismo e foi proferida por Thais Galvão, no dia 13/9/05. Na segunda, Ana Cristina Ribeiro falou sobre como facilitar a busca do emprego.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA PESQUISA

Por metodologia entende-se aqui “o caminho de pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MINAYO, 1994, p. 16).

Esta pesquisa parte de elementos teórico-metodológicos que favorecem uma visão ampla dos processos sociais. Assim, apóia-se na psicossociologia (ENRIQUEZ, 1990, 1997, 1999, 2001; LEVY, 2001; MACHADO, 2001, 2002, 2004), nas pesquisas interdisciplinares e do campo do trabalho e da saúde mental (CARVALHO, 1995, 2000, 2001; DEJOURS, 1994).

No projeto Aviv, buscou-se conhecer o sentido que os trabalhadores inscritos atribuíam ao trabalho, às vivências pessoais, à experiência de perda de trabalho/emprego e à busca de novas alternativas, bem como os pontos de apoio afetivos e identitários desses sujeitos.

Elegeu-se, para esse fim, a realização de entrevistas de grupo e individuais, além de oficinas em dinâmica de grupo, segundo modelo proposto por Afonso (2002), visando a ampliar a compreensão da posição do sujeito no atual mundo do trabalho. O desafio da pesquisa, para Minayo (1994), é captar a complexidade da realidade dinâmica, mas sem a pretensão de se chegar a um saber definitivo.

O fato de se adotar como necessidade uma perspectiva complexa parece romper com o paradigma da linearidade temporal e abstrata e apontar para as múltiplas dimensões da realidade cotidiana. “O interesse do pesquisador é verificar como o problema estudado se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (CARVALHO, 2000, p. 2).

O problema crucial de nosso tempo é o da necessidade de um pensamento apto a levantar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, ao mesmo tempo, solidárias e conflituosas. (MORIN, 1999, p.)

Segundo Minayo (1994), o processo de pesquisa compreende a fase exploratória, com seu foco na construção do projeto de investigação, a fase do trabalho de campo, quando ocorre o recorte empírico da construção teórica elaborada e, por fim, a fase de tratamento do material recolhido no campo, para então confrontar a abordagem teórica anterior com a singularidade do campo. Evidentemente, tal divisão das fases é mais didática do que operacional.

A fase exploratória da presente pesquisa iniciou-se em dezembro de 2002, quando a autora foi sondada sobre a possibilidade de realizar um trabalho com grupos na CIBH. Os instrumentos fundamentais foram a observação e a participação em reuniões/encontros com líderes comunitários na articulação de uma rede de participantes do projeto Aviv.

A fase de trabalho de campo incluiu o atendimento ao trabalhador desempregado ligado ao projeto Aviv e os contatos com representantes da CIM, a partir de março de 2003.

Para Minayo, essa etapa, que

consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento (...), combina entrevistas, observações levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional, etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias. (MINAYO, 1994, p. 26)

Privilegiaram-se os contatos grupais na apresentação dos inscritos no projeto Aviv e nas visitas semanais à Associação Israelita Brasileira¹⁴ para participação em reuniões com a gerência, ou, ainda, em reuniões desta com empresários e mantenedores.

Nas reuniões, buscou-se apreender a interação entre os participantes para configurarem a situação de desemprego/busca de trabalho, bem como a atuação dos grupos na formulação de suas propostas e ações relativas ao seu sustento e ao projeto Aviv.

Nas entrevistas coletivas¹⁵, realizadas em primeiro lugar, para apresentação dos participantes, buscou-se apreender a relação sujeito/trabalho na narrativa dos entrevistados sobre seu passado, seu projeto futuro e suas expectativas quanto ao projeto Aviv. A observação participante favoreceu o levantamento conjunto das características dos trabalhadores e de suas condições de atividade, uma das finalidades desse contato. Esperava-se o surgimento de temas que guiarão a ação com os grupos.

As dinâmicas de apresentação ocorreram como se segue:

1. Apresentação do projeto Aviv: suas finalidades (colocação, recolocação, qualificação, apoio, estudos, grupos temáticos); seu funcionamento interno e externo; a formação de uma rede de contato; o propósito do Aviv, contraposto às dificuldades estruturais, financeiras e mesmo de conhecimento; a inserção da autora enquanto psicóloga e colaboradora do Aviv e o seu objetivo de elaborar perfis e minilaudos.
2. A apresentação dos participantes, que contaram um pouco de sua vida, seu trabalho, sua relação com a CIBH e sua inserção no projeto Aviv.

¹⁴ A Associação Israelita Brasileira é um clube situado à Rua Rio Grande do Norte, 474, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, que aluga algumas de suas salas para o funcionamento de organizações da CIBH, como veremos.

¹⁵ Veja a lista de identificação dos participantes da pesquisa segundo a atividade observada no início do volume.

3. Discussão sobre o desemprego e seu significado; a experiência de demissão; vivências de adoecimento; busca de um novo trabalho; interesse em participar de grupos temáticos ou não; interesse em participar de entrevistas individuais para elucidação da questão do trabalho/emprego/desemprego.

Essas entrevistas coletivas foram registradas no diário de campo, incluindo as percepções, angústias e questionamentos da autora.

As entrevistas individuais sobre vivências foram realizadas em março de 2004, um ano após as entrevistas coletivas de apresentação. O propósito era apreender o sentido dado à experiência de trabalho/desemprego, no momento mesmo em que o entrevistado a vivenciava, e suas ações concretas.

De acordo com Carvalho (2001), o que interessa é:

a visão do sujeito acerca do fenômeno no qual ele está implicado. O que importa é como o sujeito percebe ou percebeu o fato (coletivo e ou individual) no qual ele toma parte, assim como sua versão do passado. E de que forma esta relação entre o que é vivido e o que foi vivido é elaborada neste momento do discurso numa relação de natureza intersubjetiva; na relação do sujeito, e / ou do grupo de sujeitos, com o pesquisador/ator. (CARVALHO, 2001)

Machado (2002), em seu estudo sobre a entrevista de pesquisa, levanta a hipótese de que a interação que se estabelece entre entrevistador e entrevistado é atravessada por desejos e fantasmas inconscientes, estratégias de negociação e contratos, tácitos ou não, que deverão ser explicitados.

As entrevistas individuais e a maioria das oficinas de projetos foram gravadas e transcritas.

As oficinas de projetos ocorreram após as entrevistas individuais, num trabalho conjunto da pesquisadora e dos sujeitos/grupos pesquisados, possibilitando a elaboração e a reflexão sobre os problemas vividos e as propostas de ação, tanto pela pesquisadora, como pelos trabalhadores em busca de trabalho/emprego: “A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir” (AFONSO, 2002 , p. 11).

Optou-se por um planejamento gradual das oficinas, mesmo correndo-se o risco de uma visão fragmentada do processo. Os trabalhadores foram convidados a participar dos grupos para debater questões ligadas à condição de trabalho/desemprego. Foram estabelecidos com eles o foco temático da construção de um projeto de renda e a realização de dez encontros, com duração de uma hora e meia cada. Também foram combinadas a presença de um observador e a autorização para gravar alguns grupos.

Nessa segunda fase de pesquisa, foram coletadas informações documentais, realizaram-se consultas no Instituto Histórico Israelita Mineiro,¹⁶ foram lidos o estudo sociológico de Pfeffer (2003), o trabalho histórico de Cuperschmid (1997), os dados estatísticos levantados por Levy & Menache (1986) e o perfil da comunidade elaborado por Duchowny & Abreu (2004). Procedeu-se à leitura de dez histórias de vidas de imigrantes, colhidas por esses pesquisadores. Outros documentos examinados: estatutos de organizações, atas de reunião, *data show*, pautas de reunião do projeto Aviv e informativos “Fisemg faz”, da Federação Israelita de Minas Gerais.

A dissertação de Renato Pfeffer, apresentada ao Mestrado de Sociologia da UFMG em 1993 e posteriormente editada com o título *Vidas que sangram história: a comunidade judaica de Belo Horizonte*, aborda a criação da CIBH, suas instituições, atividades culturais, conflitos

ideológicos, diferenças lingüísticas e culturais, por meio de documentos e do método de história de vida. Ao mesclar dados históricos com relatos de imigrantes, o autor oferece um quadro da dinâmica percorrida por esses estrangeiros desde seus países de origem, compreendendo a experiência comum de imigração, a busca de uma atividade econômica para subsistência, geralmente o trabalho como mascate, as organizações de ajuda de e para familiares. Enfoca, ao mesmo tempo, os eventos históricos vivenciados e sua importância para as maneiras distintas de encarar o futuro internacional dos judeus (sionismo e socialismo). Ao analisar os mecanismos que garantiram a sobrevivência da CIBH, o autor aponta a existência de “laços fracos”,¹⁷ tanto pela necessidade de relação com a comunidade maior, como pelas divergências internas.

Ethel Mizrahy Cuperschmid apresentou, em 1997, ao Curso de Mestrado em História da UFMG, a dissertação *Judeus entre dois mundos: a formação da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922-1961)*, em que traça um panorama geral da situação dos judeus na Europa em face da política e da cidadania. Aborda a questão da emancipação, o anti-semitismo moderno, a imigração judaica e as políticas internacionais. Narra a imigração judaica para o Brasil, do período colonial ao início do século XX, para então relatar a chegada desses imigrantes a Belo Horizonte, sem dominar a língua e com pouco capital. Mostra como, iniciando suas atividades econômicas como ambulantes, conseguem fazer progressos e se estabelecer como comerciantes ou industriais. Ressalta a importância das instituições de ajuda aos recém-chegados na era Vargas, com seu clima de intolerância, nacionalismo exacerbado e eugenia, a controlar a

¹⁶ O Instituto Histórico Israelita Mineiro tem sua sede na Rua Pernambuco, 326, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte.

¹⁷ Em sua teoria dos laços fracos (*The strenght of weak ties*) o sociólogo Granovetter (1973) afirma, segundo Lima (2006), que somos normalmente ligados por laços fortes a nossos pais, filhos e amigos próximos. E por laços fracos a nossos colegas de trabalho, professores e alunos. Laços fracos “devem ser entendidos de forma bem ampla: a não-existência de interesses comuns e conflitantes entre grupos ou indivíduos, a não integração na mesma economia, a religião diferente, a língua diferente, etc. O entendimento dos ‘laços fortes’, por sua vez, obedece ao raciocínio inverso” (PFEFFER, 2003).

imigração por meio de sistema de quotas e cartas de chamada. Como Pfeffer, a autora aborda as questões ideológicas na CIBH e recorre a histórias de vida e documentos que testemunham a vivência desses judeus. Mostra também as diferenças internas entre *sefardim*¹⁸ e *ashkenazim*,¹⁹ sionistas e progressistas e entre dois mundos: a Europa e Israel.

Finalmente, na fase de tratamento do material, dada a amplitude das informações obtidas através de fontes documentais e de entrevistas, dinâmicas e reuniões, o material foi analisado segundo metodologia desenvolvida por Carvalho (1996), que, a partir do vivido expresso pelos sujeitos, procura estabelecer e destacar categorias para, num segundo momento, captar e investigar o sentido dos processos vividos em termos da temática em estudo – crise do trabalho, a CIBH, resposta ao desemprego. As categorias de análise são, pois, constituídas a partir de falas/não-ditos que aludem direta ou indiretamente ao tema da investigação. Essa fase de análise é apresentada sob a forma de resultados.

Guiam e organizam a análise as instâncias teóricas propostas por Enriquez (1997) – mítica, socio-histórica, institucional, organizacional, grupal, individual e pulsional – e os sistemas teóricos: imaginário, simbólico e cultural.

¹⁸ *Sefardim*: judeus vindos da Espanha depois da expulsão de 1492, assim como seus descendentes.

¹⁹ *Askenazim*: judeus vindos da Europa Central e Oriental, assim como seus descendentes.

CAPÍTULO IV

UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

4.1 UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA COMUNIDADE ISRAELITA DE BELO HORIZONTE (CIBH)

Perseguidos nos países europeus, os judeus viviam em más condições e isso os levou a emigrar. O Brasil representava uma possibilidade de sobrevivência e trabalho: a necessidade de repor a mão-de-obra escrava fez com que o país absorvesse, a partir do século XIX, um número elevado de imigrantes. Belo Horizonte, uma cidade recém-construída, oferecia então muitas perspectivas de trabalho e tinha um clima saudável. Por isso atraiu os imigrantes judeus, que viriam a fundar a CIBH. Essa comunidade, como todas as outras, criou seus mitos de origem.

Não pode existir de fato sociedade sem mitos de criação, seja sem lendas, legendas e símbolos, organização sem uma saga de seu criador (...), porque cada sociedade tem necessidade de se referir a uma ordem transcendente, fiadora da existência de uma comunidade regida por regras estáveis e admitidas por todos. (ENRIQUEZ, 1997, p. 18)

4.1.1 A INSTÂNCIA MÍTICA

O mito cumpre funções afetivas e intelectuais ao responder de forma única e definitiva, pelas fantasias de origem, às angústias. Através da narrativa, instaura e perpetua uma ordem legitimadora da existência de um *socius*.

Os imigrantes judeus chegados a Belo Horizonte já traziam em sua bagagem os mitos da origem de seu povo. No relato bíblico do livro de Êxodo (cap. 5, vers. 4-9), o Faraó impôs carga maior de trabalho aos escravos judeus depois que Moisés solicitou, para seu povo, autorização para ficar três dias no deserto e prestar homenagens a seu Deus. Talvez o Faraó temesse que três dias de folga fossem o bastante para que repensassem sua condição de trabalhadores escravos.

Enriquez (1997) define Moisés como o herói mítico, que institui o povo judeu em torno do projeto de chegar à terra prometida e se constituir como nação. Como porta-voz do inconsciente, o herói tenta libertar-se das interdições, concretizar-se como “ser de excesso” e dedicar-se ao futuro. Porém, “o destino de todo herói é ser morto”, seja por encarnar a idealização e rejeitar o diferente, seja por tentar, como Moisés, criar uma comunidade com mão de ferro e provocar a revolta contra si (ENRIQUEZ, 1997, p. 50).

O povo judeu toma Moisés como herói e mensageiro de um Deus libertador e recebe dele dez mandamentos – desdobrados posteriormente em 613 – para viver e se organizar como comunidade. Os mandamentos orientam sobre como se relacionar com objetos, com alimentos, com a higiene, com o necessitado e com os empregados, cujo pagamento, descanso (*Shabat*), liberdade e perdão devem ser respeitados.

O projeto de vida prescrito para o povo eleito e revelado por Moisés implica mudanças radicais nas relações de trabalho e no que diz respeito à liberdade, ao Deus uno, à condição de senhor da terra.

A condição social de estrangeiro-escravo não foi, entretanto, esquecida e encontrou ressonância em profetas como Amos, Isaías, Jeremias, Miquéias e Oséias, que, com sua ação, defenderam o cumprimento dos mandamentos (KLIKSBERG, 2001).

No que tange ao mito de origem do povo judeu, Enriquez (1990) aponta duas especificidades marcantes: a negação do “assassinato do pai”²⁰ no seu passado mítico e a adoção do livro como pátria abstrata.

²⁰ Referência ao pai primevo na obra de Freud (1975, p. 69).

Ao negar o assassinato do pai, o povo judeu manteve o contato direto com seu Deus uno e abstrato, o que não ocorre em outras religiões, em que o herói, ao ser morto, dá início a uma nova era, após o período de latência do sentimento de culpa, quando, então, o pensamento da vítima morta é levado em conta, como no caso do cristianismo.

O outro elemento de diferenciação apontado por Enriquez (1990) consiste na derrota militar sofrida pelo povo judeu, com conseqüente perda de seu território. Para enfrentar essa adversidade, os judeus apóiam-se no conhecimento e na espiritualidade, condições de sua aliança com Deus e de uma vida comunitária. Conhecido como “povo do livro”, adota em suas orações o refrão: “O ano que vem em Jerusalém”, mantendo, assim, o seu projeto.

4.1.2. A INSTÂNCIA SOCIO-HISTÓRICA

A recusa do sensorial em prol do espiritual como elemento de humanização diferencia o povo judeu dos povos que adoram, por exemplo, deusas simbolicamente associadas à terra. Essa diferença, segundo Enriquez (1990), acentua-se quando se comparam os judeus com outros grupos que também se pretendem eleitos ou “puros”, como os nazistas.

Quanto à questão de saber em que medida os judeus seguiram as diretrizes de devoção a Deus, depende das diferenças internas e dos diversos momentos da sua história.

Estudos históricos, como os de Mezan (1995), buscam relacionar os eventos aos contextos em que ocorreram. No caso do povo judeu isso é ainda mais necessário, já que, devido à diáspora, esse povo habitou vários países simultaneamente. Em cada um criou uma cultura que conservou traços da sociedade local, nunca exclusivamente judaica.

O feudalismo, sucessor do Império Romano, desenvolve-se sob a hegemonia da Igreja Católica (500 a 1200 d.C.). O lugar conferido aos judeus é o comércio, e não a agricultura, como no passado. Isolados e acusados de deicidas, tornam-se alvo de intensas perseguições. Naquele momento, entretanto, a maioria deles residia no mundo islâmico, onde não havia feudalismo nem Igreja Católica. As cidades européias surgiram como centros de produção e comércio. Passaram a ser habitadas, sucessivamente, pelos burgueses, lombardos e florentinos. Todos excluíaam os judeus dos diferentes ramos da produção e do comércio. Precavendo-se do risco da perda da hegemonia, a Igreja Católica cria a Inquisição (1215). Na esteira das Cruzadas, massacra e expulsa os judeus em vários países da Europa: Inglaterra (1291), França (século XIV), Espanha cristã (1492) e Portugal (1506). Em busca de dias melhores, os judeus dirigem-se a regiões da Europa central, onde produção e comércio estavam mais atrasados.

Na Europa pré-capitalista, a diferença cultural entre os grupos de origens diversas era a regra e não a exceção, ainda que os judeus pudessem distinguir-se dos demais. Segundo Mezan (1995), os judeus ocupavam uma parcela do estamento urbano e exerciam funções geralmente na esfera econômica, que variavam conforme a época e o lugar.

As sociedades européias pré-capitalistas eram rigidamente estratificadas, com mínima mobilidade social. Hierarquicamente organizadas, tinham no topo a aristocracia. Com sua homogeneidade e seu lugar garantidos pela organização social, os judeus chegavam a possuir, em algumas sociedades, uma cultura e uma língua próprias, divorciadas da cultura hegemônica.²¹ Por outro lado, gozavam de autonomia quanto à sua organização interna, dado o reduzido alcance da ação do Estado.

²¹ O idiche é um dialeto muito semelhante ao alemão e o ladino é um espanhol da época da Inquisição.

O imaginário, enquanto sistema²² que atravessa as sete instâncias de análise propostas por Enriquez (1997), muitas vezes fala mais alto que os fatos e ações. Sua presença nesse período histórico se dá tanto em sua forma motora (criativa), quanto em sua forma enganadora. A força desse imaginário se faz notar nos comentários de Mezan (1995) sobre os momentos de insegurança e incerteza reveladores da presença de angústias primitivas que mobilizam defesas tão mais fortes quanto mais os eventos parecem confirmar as fantasias, diminuí-las ou controlá-las. O autor contrapõe a insegurança na Europa no século XIV, quando ocorreram a Peste Negra e muitas mudanças, com a insegurança do século XVIII, quando havia certa estabilidade.

No século XIV, diante da necessidade de uma explicação religiosa para a catástrofe da peste e para as demais mudanças, colocava-se a culpa nos judeus, então associados à figura do diabo, na luta contra a cristandade.

O século XVIII, além de otimista e conservador, é também suficientemente civilizado para dar uma explicação racional. “Se Satanás não foi negado, foi, pelo menos, aos poucos dominado” (DELUMEAU, 1978, p. 540).

²² O sistema imaginário é produzido pela organização para facilitar o estabelecimento dos sistemas cultural e simbólico. Há, segundo Enriquez (1997), duas formas de imaginário: o imaginário enganador e o imaginário motor. O primeiro é representado, na organização, pelos desejos de afirmação narcísica e de onipotência, que funcionam como armadilha para os indivíduos ante o perigo de quebra de identidade ou angústia pelo desmembramento na vida em sociedade. A organização sofre a ameaça de inimigos internos e externos e tem medos específicos, como o do caos, do desconhecido, das pulsões amorosas. Ela procura, então, ocupar todo o espaço psíquico das pessoas ao buscar corresponder aos seus apelos, manifestando-se ora como mãe nutriz e protetora, ora como mãe devoradora. O imaginário motor é aquele que possibilita a criação de uma fantasmática comum que viabiliza a experiência, sempre avaliada e refletida, com os outros, preservando o sonho e a possibilidade de mudança. Esse imaginário permite a realização do desejo ao aceitar a categoria do diferenciado, que pode manifestar-se ao se modelar a realidade pela criação, como prática social inovadora ou, ainda, por meio de rupturas na linguagem, nos atos ou no que tange ao tempo.

Segundo Mezan (1995), no imaginário cristão há um pacto dos judeus com Satanás, que vem associado a várias outras práticas, como o uso do sangue de criancinhas, a caça às bruxas, a luta contra a possessão e contra o materialismo.

Até meados do século XIX, ser judeu era algo claro, natural. Mas, com os processos políticos, econômicos e sociais desse período, ocorre maior integração dos judeus às sociedades onde vivem e ser judeu torna-se mais complexo.

A emancipação ou concessão de cidadania dos judeus e demais súditos nos Estados europeus resultou, segundo Mezan (1995), da introdução do modo de produção capitalista, bem como da Revolução Francesa e seus desdobramentos. Nesse caso, o conceito de cidadania compreende o gozo dos direitos civis e políticos e toma como referência o indivíduo e não o grupo social e étnico. É a cidadania que viabiliza a livre empresa e a organização do mercado de trabalho, destruindo a estrutura pré-capitalista, que impedia a transformação da força de trabalho em mercadoria à disposição do capital.

Ao referenciar-se no indivíduo e não na comunidade, a emancipação torna obsoletas as restrições aos grupos sociais, de modo geral, já que a racionalidade econômica luta contra a existência de grupos autônomos e trabalha para a formação de um mercado unificado e, se possível, homogêneo, passando a considerar apenas os grupos inseridos na produção ou na distribuição de mercadorias.

Essa mudança de referencial fez com que as organizações modernas buscassem nas ideologias uma resposta única para preencher a função do mito nas sociedades arcaicas, dando, assim, maior conforto aos indivíduos frente às mudanças.

Enriquez (1997, p. 55), ao falar das transformações socio-históricas da modernidade e de seus símbolos, ressalta que surge nesse momento um novo tipo de relação com a transcendência, baseado na primazia da razão e dos valores universais. Mito e religião se distanciam, a sociedade passa a fundamentar sua estabilidade no conflito, o Estado e a moeda assumem o papel de novos sagrados transcendentais, encarnando o universal, e o mercado passa a orientar as atividades dos agentes sociais e se torna uma “prova de juízo de Deus”.

Os estudos sobre a modernidade apontam a transformação da atitude dos homens diante da vida. A busca de melhoramento do ser é substituída pela busca do ter e do parecer. Entra-se, assim, na era da imagem.

As transformações tecnológicas do mundo moderno favoreceram a visão do homem como máquina, reforçando os símbolos da eficiência, independência e rapidez, que, certamente, influíram na diminuição da convivência entre as pessoas.

O conhecimento como símbolo de poder e instrumento de ascensão social levou ao questionamento da esfera religiosa, que foi então considerada como retrógrada, por não alinhar-se à racionalidade vigente.

A resistência à mudança é menor no mundo objetivo do que no subjetivo. É por meio da ideologia e de peculiaridades (da ordem do típico e do pitoresco) que o mundo subjetivo opõe-se à mudança e oculta a questão da luta de classes. O abismo entre os mundos subjetivo e objetivo é particularmente acentuado no caso dos judeus, que, desde a época bíblica, viam-se e eram vistos como um grupo claramente definido. Mezan (1995), ao analisar textos de Freud e de Kafka, mostra as possibilidades de opção individual frente ao judaísmo, bem como os processos de identificação ou não com ele, ante as influências das mudanças sociais do século XIX.

Ainda que levando uma vida distinta daquela guiada pela tradição, como a vida do Shtetl (pequena aldeia judaica), os judeus europeus, após a emancipação, associavam-se de diferentes formas para a prática do judaísmo (ortodoxo, conservador ou reformista). A proximidade com outras comunidades levou a um grande número de casamentos com pessoas não judias.

Como as crises, as perseguições aos judeus sucederam-se na Europa. Cuperschmid (1997) mostra que a situação de opressão da população judaica da Europa Oriental impulsionou os judeus a privilegiarem o ativismo como forma de oposição e militância política. Quatro propostas foram formuladas no final do século XIX: o autonomismo local,²³ o territorialismo,²⁴ o socialismo²⁵ e o sionismo.²⁶ As duas últimas foram mais ativas e atraíram um número maior de simpatizantes, como se constata nas histórias de vidas pesquisadas de imigrantes judeus para Belo Horizonte.

Os relatos dos primeiros membros da CIBH revelam vivências e referências ao judaísmo praticado nas aldeias judaicas da Europa. Em seus países de origem, essas pessoas haviam sido chamadas a integrar movimentos sociais, judaicos ou não, portadores de uma nova visão do mundo.

Os fundadores da CIBH, vindos de outros países,²⁷ são lembrados como heróis na luta contra a opressão e por uma terra onde fossem aceitos e pudessem exercer sua cidadania e realizar sua identidade. Referidos em pesquisas sobre a história da comunidade e através da

²³ O autonomismo propunha a compra de um território e a imigração voltada para o cultivo da terra.

²⁴ Territorialismo: busca de um território para os judeus, não necessariamente Israel.

²⁵ Socialismo: conjunto de teorias socioeconômicas, ideologias e práticas políticas que postulam a abolição das desigualdades econômicas entre as classes sociais.

²⁶ Sionismo: movimento político que afirma o direito à existência de um Estado judaico. Na ocasião, a identidade dos povos passa a ser dada pelas nações. Compreende várias correntes internas, entre as quais o sionismo trabalhista, que partiu do princípio de que a terra seria conquistada pela força do proletariado. Outra vertente é constituída pelo movimento messiânico, que parte da destruição do segundo templo e aos poucos se torna secularista. Theodor Hertz liderou o sionismo político.

²⁷ Segundo Levy & Menache (1986), os imigrantes eram oriundos de 21 países diferentes.

transmissão oral, passaram a fazer parte da memória grupal. Sua vida dura antes e depois da chegada a Belo Horizonte, a bravura de tentar uma nova vida e enfrentar dificuldades, a perda de parentes e amigos durante o percurso são alguns episódios reconstituídos em seu relato.

A solidariedade prestada pelos judeus já residentes na cidade expressou-se de várias formas: por meio de rezas coletivas, ofertas de emprego ou de empréstimo àqueles que queriam iniciar ou manter um negócio, apoio para facilitar o ingresso em escolas, auxílio à saúde, por meio de remédios e visitas. Os imigrantes ressaltam a solidariedade da CIBH, associada à simpatia do povo da terra, que não os discrimina. O esforço e a perseverança diante das dificuldades de ordem financeira, de comunicação, devido às diferenças de língua, de atividade profissional – para a maioria, o comércio de porta em porta era a única atividade possível naquelas condições – são aspectos também altamente valorizados dos imigrantes.

O desejo de identificar-se e juntar-se a outros que falassem ou rezassem no mesmo idioma, assim como o desejo de dar continuidade aos costumes e tradições, fizeram-se acompanhar, na formação da CIBH, pelo temor de perda da identidade judaica através da assimilação.

A religião, talvez por ser parte da tradição da maioria, foi um grande elemento integrador. A comunidade se reunia nas festas litúrgicas, mantendo, assim, a prática religiosa, na maioria das vezes comunitária.²⁸

Para Pfeffer (2003), a emancipação política dos judeus no Ocidente contribuiu para o recrudescimento do anti-semitismo moderno. Os êxitos financeiros, políticos e intelectuais dos judeus da Europa, nesse período, fizeram surgir novos mitos, como o da conspiração judaica para dominar o mundo. Isso estimulou as teorias racistas e ondas crescentes de anti-semitismo, que

²⁸ O *Minian* é o *quorum* de dez homens adultos, maiores de treze anos, necessário para se officiar a maioria das cerimônias religiosas judaicas.

atingiram seu clímax no período nazista, quando conflitos político-ideológicos favoreceram o abandono do tradicionalismo judaico.

O pesado ambiente europeu, particularmente para os judeus, levou-os à assimilação, ao sionismo ou ao comunismo como solução libertadora. As dificuldades impostas pelo domínio otomano da Palestina, somadas aos obstáculos à imigração para os Estados Unidos após a Primeira Guerra, tornavam o Brasil atraente enquanto possibilidade de prosperidade econômica e liberdade civil e religiosa.

Pfeffer (2003), em seu estudo sociológico, aborda os fundadores dessa comunidade israelita, as culturas e o motivo da vinda para Belo Horizonte. Segundo ele, os fundadores começam a chegar em 1910 e, até 1930, sua origem é predominantemente *sefardi*, judeus de procedência ibérica que falam entre si o ladino ou o espanholito. Durante a Segunda Guerra Mundial, essa comunidade é suplantada em número pela população *ashkenazi*, judeus da Europa oriental que falam o dialeto *idiche*, muito semelhante ao alemão.

Culturalmente diversos quanto à origem, língua, experiência histórica, pratos típicos, ordem da reza, melodias ao rezar e formas de dançar, esses grupos se complementavam, nas festas e na realização de rituais.

A fuga do sofrimento causado pela condição de ser judeu prepondera entre as motivações apuradas por Pfeffer (2003) para a vinda para o Brasil. Fugia-se de incluir os filhos no exército turco e da brutalidade com que este tratava os jovens judeus. Fugia-se, em suma, do anti-semitismo na Europa.

Belo Horizonte foi escolhida por vários motivos: possuíam conhecidos na cidade; tratava-se de um novo centro em desenvolvimento, oferecendo oportunidades de melhoria econômica; abrigava uma comunidade judaica capaz de ajudar e facilitar a integração; seu clima era indicado

à cura da tuberculose; era menos visada pelas perseguições aos comunistas praticadas pelo regime Vargas após a Intentona de 1935.

Pfeffer (2003) relata a ausência de judeus arrolados nos registros oficiais (até 1912), quando o censo vai além das nacionalidades e aborda também a religião. Ele se pergunta por que essa omissão: número reduzido? Omissão da condição de ser judeu? Desconhecimento dos mineiros sobre a existência de judeus?

Ao se pesquisar o imaginário mineiro, observa-se uma associação entre o judeu e o dinheiro, embora essa imagem não corresponda à realidade da comunidade no período de 1910-1930. Com a ascensão de Hitler, intensificam-se na imprensa debates ora contrários, ora favoráveis aos judeus e reforça-se sua associação com o dinheiro. Getúlio Vargas, que governa de 1930 a 1945, adota atitudes ambíguas quanto à imigração judaica. Reduz o fluxo migratório, fundamentado numa ideologia de base darwiniana, que abre espaço, na Constituição de 1934, para uma tomada de posição mais discriminatória.

Mantendo uma relação estreita com os acontecimentos da cidade, do Brasil e do mundo, a Comunidade Israelita de Belo Horizonte sofre os conflitos ideológicos de sua época, expressos nos antagonismos entre comunismo e capitalismo, universalismo e particularismos, tradição e modernização, progressismo e sionismo e, particularmente, as pressões da era Vargas (CUPERSCHMID, 1997).

Segundo Carneiro (1988), o termo “eugenia” passa, nessa época, a figurar nos discursos científicos e políticos. A Constituição cristã e nacionalista de 1934 defendia a imigração branca e proibia a dos negros e amarelos. Carneiro identifica, por trás do nacionalismo brasileiro da época, uma política de caráter racista, elitista, antidemocrático e repressivo.

De 1948 a 1953, a esquerda judaica de Belo Horizonte entra em crise, sobretudo em razão da posição da Rússia, que alterna apoio e repúdio aos judeus. Paralelamente, o sionismo se revigora com a independência do Estado de Israel em 1948 (CUPERSCHMID, 1997, p. 256).

No entanto, a luta pela sobrevivência e a identificação com o semelhante faziam com que essas diferenças fossem suplantadas em prol de um bem comum.

A despeito de suas diferenças quanto à origem (*sefardim* ou *ashkenazim*), religião (ortodoxos, conservadores, tradicionalistas ou liberais) e ideologia (conservadores, comunistas, sionistas, liberais), agrupam-se, primeiramente, de forma não institucional e, em seguida, em torno da União Israelita, pelas afinidades que os unem e pelas dificuldades de adaptação pelas quais passam. Todos eles, ao menos, entendem-se por judeus, reúnem-se para rezar e, como imigrantes, precisam adaptar-se à nova realidade. Na verdade, é a consciência coletiva desse grupo que os conduz à criação de uma instituição que os representa e que possui mecanismos de autocontrole e defesa. (PFEFFER, 2003, p. 91)

Enquanto nos países de origem e em outros Estados brasileiros os judeus residiam num mesmo bairro, em Belo Horizonte espalharam-se por diversos bairros: Carlos Prates, Barro Preto e Santa Efigênia (PFEFFER, 2003).

Os imigrantes tinham o comércio como principal atividade, dado o pouco investimento financeiro necessário nesse tipo de empreendimento e a baixa exigência de outras competências.

Debates exaltados e divergências ideológicas culminaram por desencadear cisões de ordem política. No interior da comunidade era quase impossível, segundo os relatos, a convivência entre progressistas e sionistas.

Durante os conflitos, especialmente entre essas duas posições, várias organizações foram criadas. Em Belo Horizonte, foram formalmente criadas 12 organizações, na seguinte cronologia:

1. 1922: União Israelita de Belo Horizonte, que comporta a Sinagoga Beit Yacov. Seus participantes, em número reduzido, preferem o judaísmo mais conservador ao liberal.

2. 1929: Escola Israelita Brasileira, hoje Escola Albert Einstein. Criada em pleno período de recessão econômica, foi mantida por meio de donativos e empreendimentos coletivos. Atualmente funciona como uma cooperativa e quase não conta com alunos da comunidade.²⁹
3. 1930: Círculo Sionista, que, em meados do século XX, tornou-se Círculo Israelita Brasileiro e, mais tarde, Associação Israelita Brasileira (AIB), local onde funciona a Sinagoga Tiferet Israel, de tendência liberal.
4. 2/2/1936: Cemitério Israelita. Diferente de outras comunidades judaicas, é pago por mensalidades, o que garante sua manutenção e alguma verba para ajuda a outras organizações.
5. 22/10/1945: Wizo – Women’s International Zionist Organization (Organização Sionista Internacional das Mulheres), em funcionamento na AIB.
6. 22/8/1960: NA’Amat Pioneiras – Organização sionista do trabalho feminino. Funciona na AIB.
7. 1961: Escola Theodor Hertzl, inaugurada em 4/2/1962, com sede no Bairro da Serra.
8. 1981: Movimento Juvenil Habonim Dror: Organização mundial dos movimentos da juventude sionista, que funciona na AIB.
9. 1983: Federação Israelita do Estado de Minas Gerais (Fisemg), nova denominação da Corim (Comunidade Religiosa Israelita Mineira), fundada em 29/7/1974. Agrega várias organizações judaicas associadas.

²⁹ Segundo Calvo, ex-diretor da escola, havia uns seis alunos judeus há uns dois anos, quando deixou de ser considerada como escola judaica pelos então dirigentes da Fisemg (comunicação oral em maio de 2006).

10. 20/3/1984: Instituto Histórico Israelita Mineiro (IHIM). Funciona no prédio da União Israelita de Belo Horizonte.
11. 9/1996: Congregação Israelita Mineira (CIM), com sede na AIB.
12. 2000: Sinagoga Ortodoxa Beit Chabad. Funciona no Bairro Funcionários.

Pfeffer (1993) analisou documentos que arrolam os objetivos da União Israelita de Belo Horizonte: difundir a cultura em geral, especialmente a brasileira e a judaica; manter uma biblioteca em português, *idiche* e hebraico; manter uma sinagoga; criar uma escola israelita e construir um cemitério. Segundo Pfeffer, as listas de contribuição para sócios da UIBH em dificuldades dão origem, em 1932, ao *Laisper casse*, “uma sociedade cooperativa de pequenos créditos de responsabilidade limitada, cujo objetivo básico era melhorar o estado econômico e estimular a capacidade produtiva de seus associados” (PFEFFER, 2003, p. 98).

A UIBH é aberta aos não judeus frequentadores de seu clube e sua escola. Embora Pfeffer (2003) acredite que essa abertura é mais teórica do que prática, é inegável a frequência de não judeus, tanto no clube quanto na escola.

A maioria das organizações funciona em intercâmbio com as outras, reproduzindo conhecimentos e valores culturais judaicos. Os movimentos juvenis contam com a presença de *shilichim* (professores) que exercem funções didáticas, disciplinadoras e integradoras com outras comunidades. Alguns jovens viajam para obter conhecimentos em Israel e poder, assim, atuar melhor nos movimentos juvenis. As práticas culturais, como o teatro, o coral, etc., promovem o *idiche*, além de difundir os valores e costumes judaicos. As práticas religiosas como o *shabat* (o sábado), o *pessach* (a páscoa), a *chanucá* (festa das luzes) são realizadas de preferência no lar. As festas cívicas, que também constam do calendário litúrgico, como *Rosh Hashaná* (ano novo), *Iom Kipur* (dia do perdão), *sucot* (festa das cabanas), juntamente com as datas cívicas da

independência de Israel e lembrança do Holocausto ocorrem na escola, sinagogas, movimentos juvenis, às vezes com a participação de vários grupos. Na atualidade, muitos casais sentem dificuldades em cumprir as cerimônias de *shabat* e *sucot* em casa e o fazem coletivamente na sinagoga.

4.1.3. A INSTÂNCIA ORGANIZACIONAL

Inicialmente não havia rabinos e as rezas eram feitas por aqueles que tinham maior conhecimento dos rituais. As normas relativas ao enterro e à alimentação “pura” eram cumpridas com muitas limitações, por falta de recursos. A Escola Israelita seguia o programa nacional, mas acrescentava o *idische* e o hebraico como idiomas, conciliando o conflito entre grupos de origem diversa (*sefardim* e *ashkenazim*).

A diferença cultural entre *sefardim* e *ashkenazim* tem um papel importante no estabelecimento de identidades, representações e imaginários. Os *sefardim* são representados pelos *ashkenazim* como ricos possuidores de jóias, usadas como num mercado persa, e de livros que não lêem. Os *ashkenazim* se vêem como mais cultos e intelectualizados, mas os *sefardim* os consideram presunçosos, pois acham-se, por exemplo, entendidos em Marx após lerem apenas cinco livros.

Ainda que os jovens possam não atentar para essas diferenças, a geração mais antiga as conserva. Um exemplo disso é o da dona de casa *sefardi* que, antes de oferecer o *guefilte fish* (prato típico *ashkenazi*, com bolinhos de peixe moídos), pergunta: “Você gosta de peixe?” O *sefardi* responde: “Prefiro inteiro!”, fazendo alusão, assim, às misturas que existem no bolinho e, conseqüentemente, à condição humilde dos *ashkenazim*.

Mas foram o aumento da população *ashkenazi* na década de 1930 e a necessidade de posicionar-se diante do nazifascismo que acirraram, segundo Pfeffer (2003, p. 104), o conflito

ideológico, dando origem em Belo Horizonte a dois agrupamentos judaicos, um sionista e outro socialista progressista.

Na décadas de 1940 e 1950, com a criação do Estado de Israel, os progressistas deixaram de ser radicalmente anti-sionistas e, por causa das experiências dos *kibutzim* (colônias agrícolas) em Israel, os sionistas aproximaram-se do pensamento de esquerda (PFEFFER, 2003).

As organizações progressistas e sionistas, com projetos distintos, utilizam sedução e propaganda ideológica. Por exemplo, um participante de um grupo juvenil sionista e de esquerda, em 1958, temia que seus pais escutassem, pelo rádio, no programa judaico, a seguinte exortação em *idiche*: “Não deixe a serpentina vermelha entrar em seu lar!” A cor vermelha aludia à orientação política comunista, junto à qual o jovem militava.

A família exerce seu papel de socialização, estimula o conhecimento geral e o das tradições, controla sob pressão ou sedução, particularmente no que tange à endogamia grupal. A escola é mista, assim como o movimento juvenil, que conta com a boa vontade dos pais para realizar acampamentos, embora isso não fosse comum na população belo-horizontina, que tinha seus grupos de meninas bandeirantes separados dos rapazes escoteiros.

O orgulho por pertencer a um grupo judaico era estimulado pela alusão a judeus célebres na história, responsáveis por grandes feitos da humanidade.

A organização da CIBH é progressiva, estabelecendo níveis de interação com a comunidade local, nacional e internacional. Em consequência de disputas e rupturas, novas sedes são alugadas e ocorre o esvaziamento de outras.

Segundo Cuperschmid (1997), o Jornal Israelita de São Paulo comentou, em 1935, que enquanto a comunidade dobrava, a UIBH, em vez de progredir, estava regredindo.

O censo realizado por Levy e Menashe (1986) certifica que muitas crianças estudavam em escolas laicas, sem dizer que a presença das duas escolas dividiu os participantes da CIBH.

Da mesma forma, a sinagoga ortodoxa, há cerca de cinco anos, atraiu muitos jovens, causando a diminuição da frequência à sinagoga liberal. Contudo, os serviços funcionam com mais regularidade e formalidade do que antes.

Atualmente, segundo Duchowny e Abreu (2004), o que mais separa as organizações é a orientação religiosa ortodoxa ou liberal e a preservação mais rígida ou não dos símbolos e costumes judaicos.

A tendência ao esvaziamento é compensada, segundo os autores, pelas pessoas que querem se converter à religião judaica, embora essa não faça proselitismo. O ritual de conversão, reconhecido internacionalmente pela corrente religiosa que o legitimou, acontece após longo período de preparação.

Pfeffer (2003, p.118) observa as transformações ocorridas ao longo desses últimos anos na CIBH, como a diminuição de sua vitalidade, apesar de sua sobrevivência ante o abandono de muitos e a assimilação de outros tantos. Para explicar esse fato, o autor sugere, primeiro, que pode ter ocorrido um fracasso na transmissão das práticas judaicas entre gerações. Sua segunda hipótese é a de que a formação de Israel marginalizou os judeus da diáspora. Pfeffer acredita que os “laços fracos” estabelecidos pela necessidade de reciprocidade com o meio externo, contrapostos à acentuação das diferenças internas, permitiram a continuidade do grupo. Os casamentos mistos não significaram o abandono do judaísmo, já que os filhos dessas uniões são alunos da Escola Theodor Herzl. A reconversão de pessoas com antepassados judeus também tem contribuído para a continuidade do grupo social.

Tanto Pfeffer (2003) quanto Duchowny e Abreu (2004) acreditam que o fato de os jovens desconhecerem os preceitos religiosos reflete uma adaptação do judaísmo às condições da nova pátria.

Muitas coisas ocorreram no mundo e na CIBH desde então. Para os jovens entrevistados por Duchowny e Abreu (2004, p. 301), o mais importante hoje, nessa comunidade, é a separação entre ortodoxos e liberais.

Na pesquisa dessas autoras, diante da pergunta 41: “Você acha que a comunidade judaica de Belo Horizonte está em transformação?”, todas as respostas foram afirmativas, incluindo a de uma mulher de mais de cinquenta anos, que se contradisse:

M04a/3: Não, não acho que ela está estagnada, eu acho que ela está estagnada, eu acho que os jovens não querem nada com a comunidade e os velhos estão acabando... (...) estagnada em termos judaicos, não em termos evolutivos de modo geral, não... porque a gente não está conseguindo passar para a geração mais nova os valores que são importantes para a nossa geração... é uma luta para pôr alguém mais novo na Congregação, é uma luta para pôr uma pessoa trabalhando em qualquer... porque cada um está preocupado... acho que a sociedade se tornou muito mais materialista... que as pessoas hoje correm muito atrás do dia-a-dia e do capital/dinheiro necessário para se sustentarem do que anos atrás... então: “Ah, eu vou lá perder tempo com isso com aquilo que eu tenho que fazer, tenho que dar aula, tem que correr pra cá, tem que correr pra lá”.

4.1.4. O IMAGINÁRIO ENGANOSO E O MOTOR

De fato, na história da CIBH, observa-se um imaginário enganador no medo da perda da identidade judaica pela assimilação ou pela perseguição, que leva a condutas de fechamento ou defensivas, voltadas para o próprio grupo, assim como à procura do relacionamento com outros grupos além do judaico, num universalismo que nega as diferenças, pelo medo de ser percebido como sectário.

O imaginário motor dos primeiros tempos da CIBH, mobilizado pela afirmação e pela realização da identidade grupal, foi expresso pela fundação de novas organizações e pela ampliação das formas de atuação através de relacionamento inter e intragrupal, nacional e internacional. Participar da criação do Estado de Israel suscitou uma atitude mais ativa.

O imaginário motor está presente também na solução de problemas e no estímulo a um pensamento questionador (a *idishe cob* ou a cabeça judaica), na manutenção de um projeto de mudança, nos valores culturais de partilha social dos bens e das festas, na valorização do estudo, do que é diferente e da mudança, impressa nos rituais.

Sinais da atuação do imaginário motor na CIBH são ainda os trabalhos religiosos que dependem da participação coletiva para ocorrerem, como o *Minhan*, o convite ao estrangeiro no dia da Páscoa, as mudanças dos rituais, como o do sábado, a alimentação fora de casa na festa de *sucót*, a livre expressão do pensamento e a exposição a outros grupos e culturas diversas, a boa convivência com a comunidade libanesa, na Rua dos Caetés, realizando-se até mesmo festas de casamento judaico no Clube Libanês.

4.1.5. A CIBH E O MUNDO DO TRABALHO

O trabalho como fator de inserção e participação social sempre teve importância no meio judaico. O judaísmo tenta interpretar suas leis de acordo com as circunstâncias, levando em conta o “espírito da lei”, mais do que sua aplicação defensiva. A lei judaica é chamada de *halachá*, que, etimologicamente, deriva do verbo “caminhar”.³⁰ Do ponto de vista do cumprimento da lei, uma analogia pode ser feita entre os alimentos e os produtos considerados próprios para o consumo. Um produto deve ser avaliado também pela correção comercial em sua produção, envolvendo a não exploração da mão-de-obra, a preocupação social e ambiental, para que seja considerado *Kasher*³¹ (MARGUILES, 2006).

³⁰ As palavras em hebraico derivam dos verbos e a língua e a cultura estão intimamente ligadas à ação.

³¹ *Kasher*: comida preparada segundo os preceitos dietéticos judaicos. Como adjetivo, por extensão, tudo aquilo que se comporta segundo a lei judaica; digno de confiança.

O rabino Goldman (2006) estabelece uma associação entre *Avodá*, palavra que significa trabalho, e a ação de rezar, para ressaltar que o trabalho é uma das maneiras de se vincular com o eterno. Ao escrever sobre desemprego, observa que só tem sentido ensinar sobre o respeito ao descanso do *Shabat* quando ocorre uma criação prévia, no caso, o trabalho.

A possibilidade, imaginária ou real, de inserção social por meio do trabalho, do estudo ou da participação política, tal como na Europa da emancipação, foi o que se tentou transmitir à primeira e à segunda geração dos descendentes de imigrantes ao se valorizar a história de personagens famosas de origem judaica, como Marx, Freud, Einstein, modelos e heróis que reforçam a idéia do trabalho e do estudo como possibilidade de reconhecimento e integração social. Outros tantos, como Hertsl, Golda Meir e Bem Gurion, foram fonte de inspiração para a participação em movimentos sionistas e para a construção de Israel, de preferência fazendo *aliá* (imigrando) para os *kibutzim*.

Ao lado do trabalho, o estudo é um valor marcante na cultura judaica. No início do século XX, foi visto como meio de ascensão social por judeus e pela classe média de Belo Horizonte. Para os imigrantes, os estudos de seus descendentes eram uma forma de integração social e possibilitavam um futuro melhor.

Uma diferença em relação à comunidade metropolitana de Belo Horizonte foi registrada por Levy e Menache (1986), que pontuam o fato de a escolaridade ser mais elevada na CIBH. Outro dado levantado por esses autores diz respeito à melhoria das condições econômicas dos membros da comunidade em relação aos imigrantes que a iniciaram, o que reforça a associação estudo/melhoria de renda e ascensão financeira e social. Naquela ocasião os autores constataram o elevado índice de estudantes (21%), dos quais 50,2% na universidade. Os profissionais liberais (34,6%) predominavam sobre os que viviam do comércio ou afins (21,4%).

Lamentavelmente, não há estudos com foco na questão trabalho/estudo na CIBH, para se avaliar as mudanças sofridas quanto a esses aspectos. Admite-se que, sob a influência do contexto geral de empobrecimento do trabalhador, a comunidade venha enfrentando dificuldades, dada a inadimplência³² em relação às organizações e o número de bolsas de estudo para crianças. Contudo, entre os desempregados que procuraram a ajuda do projeto Aviv, prevalecia o nível universitário.

Na competição pela sobrevivência, empresas e trabalhadores tendem a se orientar pela imagem ou aparência, pelo ter e o convencer, em detrimento do ser e do conviver. O intelecto, o dinheiro e o sexo (corpo) dos candidatos³³ são, por sua vez, consumidos como símbolos e meios de afirmação pessoal e empresarial. Nessa competição, as empresas buscam, através de seus trabalhadores, atingir sua “competência”, o que Carvalho (2001) sintetizou como aspectos atitudinais e relacionais do trabalhador que vão além do conhecimento de uma função ou cargo. Segundo o autor, ocorreu a partir dos anos 90 uma mudança de foco nas empresas em relação à seleção e ao treinamento dos funcionários. A atenção deslocou-se do social e material (posto de trabalho) para os atributos do próprio sujeito (atitudinais e relacionais), redundando em maior responsabilização do trabalhador sobre sua performance produtiva.

Simultaneamente, o sistema educacional não supre as necessidades dos empresários, nem dos estudantes (futuros trabalhadores), recebendo destes a crítica de permanecer voltado para o exercício de funções ou postos de trabalho, deixando para as empresas a seleção e formação do profissional. O sistema educacional goza, hoje, de um descrédito quanto ao seu poder de inserção

³² Informação fornecida pelo Sr. Pedro Boëmerwald, presidente da CIM.

³³ Karen Horney, em *A sociedade neurótica de nossos tempos*, considera a sexualidade, o intelecto e o dinheiro como formas de busca de poder para aplacar a insegurança afetiva.

pelo trabalho, atualmente em crise, mas ao mesmo tempo é visto como uma alternativa na disputa por uma oportunidade de trabalho/emprego.

Profissionais do setor de recolocação da Comunidade Israelita Paulista (CIP)³⁴ idealizaram, de início, o preparo dos membros de sua comunidade para se inserirem e se manterem no mercado. Na prática, constataram, em muitos que possuíam boa formação escolar, o despreparo em relação às “competências” solicitadas pelo mercado em São Paulo. Registrou-se essa informação como um sinal do quanto as mudanças no mundo do trabalho influem em meios judaicos mais estruturados, embora não necessariamente prósperos, pois contam hoje com muitos necessitados e pobres, sem falar que os idosos estão morrendo e os filhos, por não terem os mesmos vínculos ou possibilidades, suspendem as contribuições.

As mudanças no mundo do trabalho se fazem presentes também na transmissão cultural do judaísmo na CIBH. A pressão por produtividade, as longas distâncias nos grandes centros urbanos e o emprego do tempo vêm gerando, no cotidiano, afastamento da convivência em grupos não diretamente ligada à produção, como no caso da família ou das religiões. Assim, o afastamento dos jovens da CIBH, citado por Pfeffer (2003) e Duchowny & Abreu (2004), parece interferir na transmissão e prática das tradições judaicas, redundando em conflitos forjados no âmbito social e vivenciados pelos trabalhadores como exclusão e culpa em relação a si e ao grupo de origem.

Sorj (1997) e Duchowny & Abreu (2004) relacionam as mudanças do judaísmo no mundo moderno/pós-moderno ao individualismo e à flexibilização da observância das tradições e rituais. Geiger (1997) observa que a tolerância do mundo pós-moderno com a diversidade e o pluralismo favorece o retorno dos judeus à tradição judaica, ainda que o judaísmo tenha deixado de ser uma

presença constante na vida cotidiana dos judeus e que as suas vontades racionalizadoras, doutrinárias e discursivas tenham se perdido. “O judeu pós-moderno funda sua identidade básica na sua ascendência. Seu judaísmo passou a ser um supermercado cultural (...) existencial (...) um judaísmo *soft*, modular e de supermercado” (SORJ, 1993).

As transformações do mundo do trabalho e do panorama político no século XX promoveram na CIBH uma relativização do que é ser judeu e um deslocamento dos conflitos ideológicos para o espaço religioso.

As conversões ao judaísmo promoveram, segundo Pfeffer (2003) e Duchowny e Abreu (2004), a renovação e o crescimento da CIBH, assim como a divulgação de seus valores. Contudo, há quem veja no movimento ortodoxo a continuidade do judaísmo, já que toda ortodoxia é portadora de certezas.³⁵ Geiger (2005)³⁶ ressalta a diferença entre ver como judeus os freqüentadores de um clube judaico em uma cidade e o ser judeu com uma consciência social e política do que representa a existência desse povo, em qualquer cidade que seja. Embora acreditando que muitas pessoas procurem certezas, Geiger faz objeção à ortodoxia, pois, para ele, foram as indagações do povo judeu sobre como realizar seu judaísmo que o fizeram sobreviver ao longo do tempo.

4.2. O PROJETO AVIV EM ANÁLISE: A INSTÂNCIA GRUPAL

Enriquez (1997) considera o grupo como a unidade de análise por excelência das organizações.

³⁴ A autora realizou duas visitas à CIP, uma em 2004 e outra em 2005, quando trocou experiências sobre os objetivos de recolocação de desempregados da comunidade judaica de São Paulo. O trabalho da CIP com os desempregados é pioneiro e referência para as comunidades judaicas da América Latina.

³⁵ Tema de reportagem da revista *Época* de 24/4/2006.

³⁶ “De geração em geração”, conferência na reunião nacional das Pioneiras, 2005.

As entrevistas coletivas forneceram uma série de informações e vivências, superando a expectativa inicial da autora no que diz respeito ao envolvimento entre os participantes e a suas considerações sobre a trajetória de trabalho e busca de oportunidades. Faz-se aqui apenas menção às informações obtidas.

De modo geral, os trabalhadores que se sentiam com menores chances, devido à idade avançada, à qualificação específica ou à defasagem de atualização, estavam à procura de indicação para prestação de serviços. Vislumbravam a possibilidade de “bicos” ou de se associarem para a concretização de negócios. Contudo, ansiavam sobretudo por uma colocação que lhes rendesse uma receita fixa. Os trabalhadores entre 25 e 55 anos abordaram a concorrência acirrada no mercado e seu temor de não serem aceitos, em razão da defasagem de conhecimentos advindos da experiência ou de uma formação específica. Ao narrar suas vivências, mostraram um tônus mais depressivo, culpando-se pela condição de desemprego. Manifestaram também cansaço na busca por colocações através de currículo e descrença na possibilidade de retorno dos empregadores.

Desvinculados do mundo do trabalho e sentindo-se responsáveis por questões sociais, restavam a esses trabalhadores desempregados soluções individuais na reconstrução de seu projeto de vida. A família e outros grupos de pertinência, inicialmente, procuravam resolver o problema. Alguns adoeciam.

Nesse contexto, foi importante a iniciativa da CIM de buscar adesões das demais organizações e membros da CIBH para viabilizar, pela solidariedade, o atendimento e a reinserção desses trabalhadores através do Aviv, num projeto comum de luta “contra a maré” do individualismo e de resistência às pressões sociais da crise do trabalho.

Para Enriquez (2001), se o grupo tem uma causa a defender e a promover, isso significa que ele se pensa, se representa e quer se definir como minoria atuante.

Não se trata unicamente de querer coletivamente; trata-se de sentir coletivamente, de experimentar a mesma necessidade de transformar um sonho ou uma fantasia em realidade cotidiana e de se munir dos meios adequados para conseguir isso. (ENRIQUEZ, 2001, p. 62)

A interação grupal, tanto no âmbito da gerência quanto nas oficinas com trabalhadores, deu-se em torno da realização de um projeto. Estiveram aí presentes os processos próprios da dinâmica grupal proposta por Enriquez (2001), tais como a busca de reconhecimento do desejo, o desejo de reconhecimento e o processo paranóico.

As vivências pessoais dos participantes foram interpretadas como relativas ao conflito estrutural dos sujeitos e de grupos que oscilam entre a tendência a escolher o reconhecimento do desejo (próprio dos processos de diferenciação) e o desejo de reconhecimento (próprio dos processos homogeneizantes, como a massa) (ENRIQUEZ, 2001).

O predomínio do desejo de reconhecimento (massa) caracterizou o grupo da gerência quando buscou a adesão de instituições da CIBH para um projeto que reafirmava os valores da maioria nas iniciativas de *Tzedacá* e na adoção do modelo de recolocação profissional. O desdobramento dessas ações fez emergir a resistência da gerência à possibilidade de escolha do emprego pelos trabalhadores desempregados. A apatia dos desempregados foi inicialmente interpretada, pela gerência, como um não reconhecimento dos esforços que ela fazia para recolocá-los.

Essa tendência ao desejo de reconhecimento foi recorrente na elaboração de projetos realizados nas oficinas. Os grupos oscilaram entre a diferenciação e a homogeneidade.

A conseqüência de o grupo ou sujeito tender para o desejo de reconhecimento é a redução das diferenças pela degradação da reflexão e da inventividade. Essa tendência suscita condutas

aparentemente não defensivas, do tipo portador da verdade e da certeza, as quais sempre levam à desilusão. Foi o que se observou no grupo gerencial e entre os que participaram de oficinas.

Segundo Enriquez (2001), os membros do grupo que suportam mal a situação de massa e a uniformização serão excluídos como traidores. Nas oficinas, reagiu-se à apatia de alguns com debates que sugeriam a exclusão desses participantes.

A gente já está na oitava reunião e não consegue uma uniformidade, uma homogeneidade para agir naquele sentido. (OM3)

Acho que não dá certo mesmo pela diferença de idade, eles não têm experiência, vivem fantasiando longe da realidade, o melhor é separar. (OM4)

O predomínio do reconhecimento do desejo (diferenciação) se fez notar nas reuniões da gerência, na defesa dos direitos de escolha do trabalhador e na oficina de projeto pela ação do trabalhador.

Meu processo no grupo é mais voltado para a cultura e em conflito com minha formação de relações internacionais. Sei que eu acabaria fazendo o que os outros acham que eu dou pra fazer a coisa, mas eu acabo voltando o interesse para os livros e para escrever os livros, desperdiçando um pouco desse objetivo. (OH2)

No processo de diferenciação, segundo Enriquez (2001), a tolerância existe, mas não a cooperação que nasceria do tratamento dos conflitos. A aceitação do conflito, como modo normal de regulação, pode acarretar:

- a maximização das contradições, levando o grupo a centrar-se em si mesmo e a esquecer seu projeto;
- a diminuição da vontade operatória;
- a abundância de expressão afetiva;
- a eleição de um bode expiatório, quando o grupo não consegue resolver seus problemas.

A proposta de realização desta dissertação constituiu, para a autora, um processo de diferenciação no interior do grupo da gerência. Ela não quis ver sua vontade operatória diminuída, diante dos conflitos de orientação.

Na gerência, as frustrações pelo número reduzido de relocalizações e encaminhamentos elevaram o nível de ansiedade em relação à busca do reconhecimento, personificando, num dos participantes, o processo paranóico pelo medo da exclusão.

Para Enriquez (2001), os grupos em desenvolvimento se organizam de formas pré-edípicas e edípicas. Os grupos pré-edípicos tendem ao desejo de reconhecimento (massa) e os de tipo edípico tendem ao reconhecimento do desejo (diferenciação).

Em ambos os grupos – gerência e oficinas – foi prevalente o desejo de reconhecimento (massa). Não chegaram a constituir uma liderança que instaurasse uma nova ordem e favorecesse a identificação mútua e a coesão grupal, para transformá-los em grupos edípicos. As lideranças formais, como o rabino na gerência e a psicóloga na oficina, podem ter se posicionado de forma defensiva, a certa distância dos ataques hostis do grupo, dificultando o desenvolvimento do processo grupal.

Sabemos por Enriquez que os processos paranóicos atravessam constantemente o grupo, estimulando relações fortemente erotizadas entre seus membros e fazendo-as emergir num discurso passional: “A situação minoritária obriga os indivíduos a se sentirem solidários, a se amarem, mas também a se defenderem contra o exterior e a se entredorarem” (ENRIQUEZ, 2001, p. 71). O autor assinala ainda que, nessa ambivalência entre amor e ódio, a pergunta inicial sobre o que vamos fazer juntos deságua na pergunta sobre quem são os amados e os rejeitados.

Nos grupos da gerência e das oficinas, o processo paranóico tornou-se evidente nas tentativas de alguns integrantes do grupo de excluirmos a participação de um ou mais membros; no temor da concorrência externa (roubo de idéias); nas disputas intragrupais como forma de

resistir, por cumplicidade, à submissão diante da pressão por produtividade e, por fim, no temor ao novo e ao diferente, que questionariam a fantasia de onipotência (ENRIQUEZ, 2001).

O desejo de reconhecimento levou o grupo gerencial e as oficinas a realizarem ações voltadas para a formação de uma rede comunitária com outras organizações metropolitanas. Na maioria das vezes, contudo, essas ações redundaram em frustração diante das dificuldades de articular alianças ou procedimentos de interação entre os serviços. Os encontros com grupos especializados em trabalho/renda permitiram analisar semelhanças e diferenças em relação aos serviços prestados pelo Aviv.

Para os participantes da gerência, a partilha de experiências funcionou como um reforço à identidade de propósitos, como um aprendizado sobre a diversidade de formas de levantamento de fundos e vinculações com órgãos governamentais e como um alerta sobre as dificuldades do trabalho com desempregados, dada sua infreqüência.³⁷ O reconhecimento do desejo se deu, por sua vez, na persistência dos propósitos do projeto Aviv, sem negar a urgência de atendimento à demanda individual do desempregado, evitando-se, entretanto, uma conduta caritativa e paternalista.

Assim, nas oficinas, a idéia de criação de cooperativa para geração de renda foi abandonada diante das dificuldades de escolha do local e do setor de trabalho (se produção, comércio ou prestação de serviços) e de definição do sistema de remuneração (assalariado, com vínculo empregatício; proprietário, contratante de serviços de terceiros; trabalho cooperativo propriamente dito), não sem conflitos, desconfianças e a constatação de que o grupo estava perdido.

³⁷ Palestra no Conselho de Psicologia, que apresentou os primeiros resultados da pesquisa sobre o atendimento ao desempregado organizada por Araújo (2005). Ana Rita Trajano nos recebeu na UFMG e expôs as atividades do Nesth (Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano), partilhando o seu saber. Visita ao Colégio Loyola para conhecer o funcionamento da bolsa-emprego organizada pela associação dos pais. Visita à CIP, em São Paulo, por três vezes, orientada por Hilda e suas companheiras de trabalho.

As oficinas não chegaram à maturidade grupal descrita por Enriquez (2001) como o grupo edipiano. A frequência intermitente dos trabalhadores aos encontros na oficina fez com que se perguntasse sobre o tipo de vínculo possível entre profissionais que lutam com a identidade de desempregados.

A existência de um projeto e a possibilidade de identificação com outras pessoas que tinham as mesmas aspirações e dificuldades foi um ganho para os participantes de ambos os grupos. O rompimento “das certezas” gerou confusão e dispersão, passagem necessária para o restabelecimento do pensamento dialético, segundo Bleger (1998).

O abandono da busca ansiosa de alternativas para tamponar a insegurança do que fazer com os trabalhadores em busca de trabalho/emprego representou a renúncia à onipotência para os participantes da gerência.

Enriquez (2001) ressalta a importância de se trabalhar as clivagens, antagonismos, relações de poder e angústias, para que o grupo perceba suas limitações.

Se a análise da interação nos grupos evidenciou que seus participantes tinham informação acerca das mudanças no mundo do trabalho, nos processos identitários e nas relações comunitárias, a fluidez das representações do mundo do trabalho fez com que vivenciassem os antagonismos entre os modelos de produção como conflitos pessoais, sofrimentos e dificuldades para representar a si enquanto sujeitos e, conseqüentemente, para transformar seus projetos em realidade.

As discussões em grupo acusaram um desconhecimento dos tipos de vinculação e modos de gestão do trabalho e a necessidade de superá-lo. A diversidade de experiência profissional e a desinformação social/laboral entre as pessoas da CIBH ficaram patentes na apresentação dos participantes. Questões sobre identidade enquanto trabalhadores foram suscitadas, uma vez que os contatos no Aviv resultaram da pertinência social à CIBH e não de atividades produtivas.

Os desempregados reconheceram rapidamente suas limitações profissionais, sociais e institucionais. A heterogeneidade profissional propiciou debates em torno de trabalho/emprego, mudanças no mundo do trabalho, tipos de relação de trabalho mais frequentes, como: emprego, trabalho autônomo, terceirizado, profissão liberal, cooperativas. Também foram lembradas as modalidades de produção, comercialização e prestação de serviços.

A ampliação das referências e as discussões enriqueceram as experiências do grupo e deixaram clara a dificuldade de identificação dos trabalhadores inscritos no projeto Aviv, em geral, e na oficina, em particular, com a categoria de desempregado e a luta para não serem vistos enquanto tal.

A tentativa de construir uma proposta de projeto comum trouxe lembranças do passado de comunhão e solidariedade da CIBH, levando os participantes das oficinas a buscarem uma identidade unitária para evitar o desmembramento do grupo. Nessa busca, surgiram questionamentos quanto à aceitação ou não das diferenças internas.

OM1: Isso seria uma cooperativa, todo mundo junto, fazendo uma coisa só. Mas cada um está pensando uma coisa diferente?

Coordenador: A heterogeneidade prejudica ou ajuda a fazer uma cooperativa?

OM2: No nosso caso, prejudica! Não é que não saibamos lidar com a heterogeneidade, entendeu? Nós não sabemos é como fazer pra que...

OM1: Se torne homogêneo.

OM2: Se torne um ponto de convergência... é isso que a gente precisa saber... pra tudo tem uma solução.

Nas reuniões da gerência, as lembranças do passado criaram uma identificação entre os participantes, permeada de sentimentos de responsabilidade social e de gratidão à comunidade. Ao mesmo tempo, na gerência e nas oficinas foi difícil a emergência de processos autônomos

ativos e criativos, pois todos os participantes se revelaram presos à lógica de mercado. Para Enriquez (1991, p. 34), “quanto mais a identidade coletiva existe, menos o questionamento é possível e menos os indivíduos podem tentar aceder à autonomia”.

Nas oficinas, o grupo percebeu a necessidade de um espaço físico para a sua atuação em cooperativa. A busca desse espaço entre as organizações da CIBH levou a considerações sobre as divergências históricas entre elas e suas possibilidades concretas de reinserção. As lembranças das cisões históricas da comunidade, associadas à busca de espaços físicos, parecem, por um lado, antecipar conflitos possíveis na ocupação desses espaços e, por outro, mobilizar o grupo, a partir desses conflitos, para conseguir um lugar. Castro e Araújo (2001, p. 22) referem-se à interioridade como uma metáfora espacial: “Embora a interioridade não possa ser tomada como sinônimo de interior, é numa relação espacial que ela se inscreve. Toda representação da interioridade se desenvolve numa espacialização”.

OH3: O grupo Aviv está ligado a que grupo na comunidade? À Congregação? À Federação? A UIBH participa da Federação?

Coordenador: Eu não tenho certeza. Sei que o grupo Aviv foi criado pela CIM. Uma bolsista do projeto Aviv foi quem me mostrou um jornal da Federação e, segundo o jornal, o projeto está associado ao Departamento de Assistência Social, aos cuidados do (...). Sei também que toda a comunidade foi convidada a participar.

OH3: A gente pode ver com a UIBH ou quem sabe no Instituto Histórico... eles podem se interessar...

Coordenador: Posso perguntar ao presidente da CIM, ver a que espaço estava se referindo quando da primeira reunião com os trabalhadores, e tentar me informar para explicar aqui.

4.2.1. A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A CIBH

O desconhecimento das atividades profissionais exercidas pelos participantes do projeto Aviv, em particular, e pelos membros da CIBH, em geral, foi tema de debate na gerência e nas oficinas. Constatou-se o interesse em pesquisar essa realidade.

A grande maioria dos trabalhadores inscritos desconhecia o projeto Aviv, tendo-o buscado por indicação de parentes que receberam a divulgação da CIM ou da Fisemg.

Por isso, as possibilidades de obter ajuda junto a outros grupos ou instituições, dentro e fora da CIBH, foram mais pesquisadas e buscadas pela gerência. Nas oficinas de projeto de renda, essas possibilidades foram ventiladas pela coordenadora, ao divulgar o trabalho do Nesth (Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Os participantes das oficinas consultaram o *site* do Sebrae, para avaliar as condições de exportação a Israel.

4.2.2. DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE RENDA

As dificuldades vividas na construção de um projeto de renda pelo grupo Aviv (gerência e oficinas) foram expressas nas falas dos participantes e podem ser sintetizadas pela dúvida em relação ao espaço físico, ao produto a ser confeccionado ou intermediado e à receita obtida. Havia também o medo da idealização, em contraposição ao prático e concreto.

O aprisionamento à forma de pensar capitalista, que aspira ao sucesso e se preocupa com o retorno financeiro e a eficácia, esbarrou, na elaboração dos projetos da gerência e das oficinas, com a dificuldade de encontrar soluções para os problemas gerados pelo próprio capitalismo, como o desemprego e as desigualdades sociais.

Nas oficinas, a explicação dada pelos participantes à intermitência na orientação da ótica capitalista foi a de que a busca pela subsistência impedia pensar numa forma de articulação de

trabalho baseada no cooperativismo e na solidariedade. O cooperativismo parecia atender, aqui, mais às necessidades de “companhia” do que de produção ou realização profissional, evidenciando a dissociação desses aspectos para o trabalhador. Ao negarem a própria interioridade e reduzirem o desejo à necessidade, foi mantida a submissão à representação da organização (CIBH) como mãe nutriz.

Da mesma forma, a busca de solução ou oportunidade para os trabalhadores realizada pela gerência, ainda que contasse com o conhecimento do perfil e das motivações dos interessados, centrou-se nas solicitações dos empregadores e nas necessidades dos profissionais, mais do que nas motivações dos futuros empregados.³⁸

Foram objeto de discussão nas oficinas o objetivo de montar um negócio que gerasse uma receita capaz de garantir uma vida digna, a escolha da mercadoria a ser produzida ou comercializada e as estratégias para a obtenção do ganho:

OM1: Nós não sabemos nada disso, de construir uma cooperativa. Cadê o... ele que falou das Mãos de Minas, que dá notas fiscais, eu não tenho computador, não tenho dinheiro para pagar pro Sebrae. Como é que vou participar? Eu sei fazer é outras coisas.

OH2: Pensei em exportar cangas do Brasil, mas a idéia da peruca é boa também... A gente manda e testa. Tem uma senhora mandando berimbau e já tem o “caminho”.

OM2: Você acha que é fácil fazer exportação? Eu uma vez traduzi tudinho para uma firma francesa. Posso ver se ainda tenho isso e trazer. Acho que tem muita burocracia, formalidade...

OM1: Tenho uma vizinha que foi presa como contrabandista. É muito arriscado. Além de multa, tá arriscado a ficar preso.

No âmbito da gerência, discutia-se também:

GH1: Que tal comprar, bem baratinho, roupinhas de criança para eles revenderem para as vovós darem para os netinhos? Onde será que o pessoal da (...) compra?

³⁸ A responsável pelo trabalho na CIP relatou-nos a dificuldade dos colaboradores em prospectarem as vagas no mercado, em vez de apenas tentar encaixar os trabalhadores.

GM2: Vamos fazer concorrência com um colaborador? (...) barato por barato, tem que saber quem produz. (...) Tem até escravo chinês produzindo em São Paulo e aqui, mas não acho que devemos comprar de trabalho escravo!

A dificuldade dos grupos da gerência e das oficinas em discriminar os processos de planejamento e execução dos projetos redundou em tensão, repetições e frustrações, como a decepção de participantes das oficinas por não conseguirem efetivar a cooperativa.

4.2.3 O PROJETO Aviv E A DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE PRODUÇÃO E GESTÃO

Mecanismos de divisão e separação criam uma situação de alienação social na qual os atores não falam em seu nome, não são incluídos nos processos decisórios e vivem na heteronomia (ENRIQUEZ, 1974).

Também no projeto Aviv, a identificação e diferenciação entre os integrantes favoreceram a reafirmação da identidade, ora do grupo, ora de subgrupos ou membros. Entretanto, a divisão de trabalho pôde ser observada no uso de expressões como “nós” / “gestão” e “eles”/ “execução”, pelos participantes da gerência e das oficinas:

GH1: Ah! Seria assim: nós montamos a cooperativa, eles trabalham lá e a gente administra.

OH1: Bem, a gente contrata, né, uns atores que vêm para fazer o teatro e se apresentar no centro artístico.

Ao projetarem uma organização, os participantes oscilaram entre a assimetria criador/criatura, na qual o planejar significa mando e poder, enquanto o executar supõe submissão e incapacidade de se autogerir, e uma simetria nas condutas de participação solidária, cooperação e capacidade de autogestão. “Na dissociação das ações entre produção/execução e

gestão não se tem um espaço para a superação e concretização de um saber “co-labor-ativo” (TRAJANO, 2002, p.139).

Em suas falas, os membros dos grupos da gerência e das oficinas confundiam objetivos, finalidades, estratégias e modo de interação. Ventilou-se uma opção pela autogestão, pelo cooperativismo ou por novas formas de sociabilidade. Na verdade, projetos diversos conviviam.

Verificou-se também uma divisão de trabalho relacionada ao gênero, nos dois grupos. Na gerência, as funções junto aos desempregados foram realizadas pelas psicólogas e os contatos externos pelos demais. Os homens realizavam as atividades externas e as mulheres as atividades internas. Nas oficinas, além da diferença identitária ligada a gênero, manifestou-se a diferença etária: os mais jovens dominavam a tecnologia e mostravam capacidade de se entregar aos sonhos.

4.3. A INSTÂNCIA INDIVIDUAL

A definição do desemprego foi alvo de debates na gerência. Desemprego foi visto como efeito da crise atual do trabalho ou das carências individuais. A gerência, contudo, orientou suas ações concretas para o atendimento dos indivíduos em busca de oportunidades. Essa orientação foi reforçada pelo critério de produtividade. O sucesso das ações da gerência e do projeto Aviv era aferido pelo número de colocações e recolocações de trabalhadores.

A dualidade na definição do problema do desemprego merece análise, uma vez que a causa abraçada pela gerência foi a “justiça social” (*Tzedacá*).

O conceito de *Tzedacá* implica uma visão particular do próximo, sem negar a visão mais ampla do social. No judaísmo, entretanto, a justiça deve ser feita por todo cidadão, independentemente da ação dos governantes, que podem ou não ser voltados para o social.

Portadora de uma causa, a gerência do projeto Aviv pretendeu ser uma referência de ação junto ao trabalhador em busca de trabalho/emprego.

Na busca de sua finalidade e objetivos, a gerência viveu, internamente, uma contínua luta entre atender às carências dos inscritos ou às próprias necessidades de “sobrevivência” do grupo. Durante algum tempo, reproduziu os valores instituídos ao voltar-se apenas para as necessidades do trabalhador como objeto de recolocação no sistema produtivo.

As frustrações da gerência por não ter conseguido alterar o individualismo e a competição vigentes na estrutura social abriram espaço para o embate entre seus membros transformar-se em “trégua”, com o intervalo entre as reuniões e a atuação mais direta do rabino no projeto.

Uma reorientação de inserção no trabalho, centrada na cooperação e solidariedade entre os inscritos, foi sendo colocada em prática no Aviv, através das oficinas de geração de renda e da escuta das vivências e demandas por capacitação.

Com o propósito de apreender as vivências dos trabalhadores em busca de trabalho/emprego, seis entrevistas individuais foram feitas, segundo o modelo não diretivo, um ano após a realização das entrevistas coletivas, ocasião em que os entrevistados dispuseram-se a cooperar com a autora.

Em ambos os contatos, esclareceu-se a não vinculação dessa atividade com a obtenção, pelo trabalhador, de benefícios junto ao projeto, tais como bolsas, empregos ou outros tipos de ajuda.

Dentre os entrevistados, havia dois homens e quatro mulheres com idade entre 38 e 64 anos. Uma das pessoas era casada, duas estavam em processo de separação, duas solteiras e uma viúva. Três tinham o curso superior, dois o curso médio e um havia voltado a estudar na

universidade. O mais jovem fora demitido há cinco meses e os outros estavam desempregados há mais de dois anos.

Associações diretas entre a condição de desemprego e a desestruturação conjugal foram feitas pelos dois homens entrevistados. Ambos aspiravam a um emprego, pela garantia de uma receita fixa que pudesse aumentar seus ganhos. Assim como outra entrevistada, os dois homens haviam passado pela experiência de falência ao tentar gerir seu próprio negócio.

O nível de aspiração dos seis trabalhadores era elevado em relação aos salários disponíveis no mercado e no projeto Aviv. A discrepância entre a aspiração salarial e a realidade exacerbava suas crises e frustrações e foi interpretada como alienação e defesa dos trabalhadores.

O sentimento de solidão foi marcante nas entrevistas de quatro trabalhadores, desprovidos de parceiro sexual (separado, solteiro ou viúvo). Dois dos entrevistados não utilizavam medicação psiquiátrica no momento da entrevista. Um desses resistia aos apelos de familiares, que relataram sua freqüente irritabilidade. Os demais manifestaram sintomas de adoecimento, como alteração do sono, choro freqüente e dores de cabeça.

O longo período de desemprego desses trabalhadores não os levou ao embotamento. Os relatos descreviam o processo do adoecimento, desde a crise inicial, com oscilações de humor e angústia, seguida pela culpa e isolamento, até a busca da medicação. Notava-se, entretanto, a persistência de sintomas, mesmo com o uso de medicação. Em alguns casos, a estabilização do adoecimento devia-se provavelmente ao exercício precário de um trabalho temporário, ao tratamento medicamentoso e ao apoio familiar.

O isolamento foi abordado por cinco participantes, sem que se esquivassem da responsabilidade pelo distanciamento nos relacionamentos, uma vez que não tinham, devido ao

desemprego, condições de acompanhar os antigos amigos em seus programas. A distância social foi vivenciada com vergonha, humilhação e angústia.

Em um desses casos (EH1), à solidão somaram-se o sentimento de menos-valia e críticas à própria condução dos assuntos financeiros em sua vida. Sua crise se arrastava desde sua falência, há aproximadamente cinco anos. Perdera tudo. Fizera terapia para se readaptar e superar a crise, o que foi bom, mas, na ocasião da entrevista, relatou as vivências de estranheza nos feriados, quando a cidade se esvaziava, por habitar um quarto de pensão. Censurava-se por não ter pago uma aposentadoria, por depender da psiquiatra para conseguir amostras grátis. Partilhou também seu mal-estar por pensar num futuro sem perspectivas de melhora.

Duas entrevistadas, mais jovens, buscaram capacitar-se retornando aos estudos, mas as dificuldades econômicas colocavam em risco a continuidade dos cursos e, afetivamente, sentiam-se uma carga para a família que as apoiava.

Ao comparar o antes e o depois da perda do emprego, os entrevistados referiram-se ao arrefecimento das relações sociais, ao corte do lazer, viagens, convivências e ao sentimento de serem menos considerados pelas pessoas por não terem trabalho:

ME2: Antes me chamavam e eu não ia, então passaram a não me chamar, mas já houve ocasião da pessoa mesma falar: “Você não vai não, né?”, me excluindo antes de me consultar.

HE1: Me sinto constrangido quando a Raquelzinha passa pedindo donativos e eu não tenho donativos para dar nas grandes festas. Sinto que não vou ser chamado nunca às rezas no dia de Yom Kipur para rezar pelo meu pai. Sei que ela está no papel dela, mas me sinto constrangido.

Outra participante expressa o que é pior para ela na condição de desemprego:

ME1: A necessidade material é ruim, mas esta a gente tira de letra e vai levando, o pior de tudo é a situação de humilhação de estar sempre pedindo para segurar um cheque para o dia tal na escola das crianças. A gente corre o risco de passar por enrolador, coisa que nunca fui. Isto é o pior!

Nessa comparação entre o antes e o depois da perda do emprego, ME3 fala:

O que mudou? Independência, perdi minha casinha, meu silêncio, minhas músicas, o espaço de montar meus trabalhos. O quarto em que vivo é de 2,5 metros por 2,5 e não posso fazer yoga. Grande trabalho de paciência é o que tenho que fazer... tudo vai mudar, através do trabalho vou alugar um espaço onde possa ter minha vida.

Ao lado dos familiares, Deus foi citado como um apoio pela trabalhadora mais jovem e pela mais velha. A família foi mencionada como fonte de soluções, ajuda e também preocupações e frustração, por limitar a atuação do trabalhador, seja devido às separações, ao retorno à casa paterna por falta de condição de auto-sustento ou ao esforço para cuidar dos pais, enquanto os demais membros da família estão ocupados no trabalho.

A CIBH figurou na fala de todos os entrevistados. Cinco deles freqüentavam uma das sinagogas e os seis sentiam pertencer à comunidade. Dois entrevistados relataram que, na condição de desempregados, sofriam constrangimento e humilhação por dificuldades em pagar a escola dos filhos ou fazer doações nas rezas dos dias festivos. Duas trabalhadoras expressaram gratidão a favores e ajudas oferecidas por amigos ou pelo rabino. Desaponto e mágoa pelo não reconhecimento dos serviços prestados ou da possibilidade de vir a prestá-los foram abordados em duas entrevistas.

4.4. A IMPLICAÇÃO DA PESQUISADORA E A PESQUISA

Uma análise de minha posição como pesquisadora ainda hoje me perturba, pois muitos fatores envolvem a minha participação no projeto Aviv e na CIBH. Enquanto membro dessa comunidade, grande parte da minha história e identidade foi aí construída. Nesse sentido, sou também participante da pesquisa, segundo a visão da não neutralidade do pesquisador e de sua implicação efetiva no objeto de estudo, proposta pela Psicossociologia. Minha implicação se dá por laços afetivos profundos e ocorre desde o princípio, quando, ao receber uma demanda de trabalho dessa comunidade, resolvi aceitá-la no formato de trabalho voluntário, recusando-me a

atuar numa relação comercial. Nesse aspecto, a formulação de Enriquez do “reconhecimento do desejo” (possibilidade de oferecer – de acordo com a escolha profissional que fiz há mais de trinta anos, como psicóloga – meus serviços a essas pessoas na construção de um projeto que pudesse contribuir efetivamente para o bem-estar dos membros dessa comunidade) e o “desejo de reconhecimento” (ideal de prosseguir a tradição familiar de participação efetiva na comunidade judaica em Belo Horizonte, iniciada por meu pai) singularizaram minha atuação enquanto pesquisadora neste trabalho, pois os desejos se entrelaçam e tornam bastante difícil alcançar a “distância saudável” entre a pesquisadora e seu objeto de estudo.

Daí minha afirmação inicial de sentir-me perturbada ao refletir sobre minha posição. Apesar do grande esforço teórico-metodológico e da vigilância epistemológica a que nos devemos submeter enquanto pesquisadores, a minha posição como membro efetivo dessa comunidade insiste em se colocar com a mesma intensidade que a minha posição como pesquisadora. Dessa forma, busco cuidadosamente as palavras e insisto na falta de algumas, por considerá-las como ditas, pois incluo minhas demandas e as entrelaço com a demanda de trabalho que me foi proposta no projeto Aviv.

A questão da demanda perpassa toda a minha trajetória nesta pesquisa sobre o projeto Aviv e, em torno dela, a minha implicação como pesquisadora apresenta nuances. Se, por um lado, enquanto membro da comunidade onde se realiza o meu trabalho de campo na pesquisa aceito uma demanda (encomenda) de atender desempregados, por outro lado, enquanto psicóloga do trabalho, busco refazer essa demanda, apoiada em meus ideais e nas minhas posições em defesa de uma atuação mais efetiva do psicólogo nesse campo, procurando aí romper com a separação trabalho/trabalhador, tratando o tema de forma ampla, implicando os sujeitos pesquisados em sua problemática, de modo a não apenas recolocá-los no mercado de trabalho, mas também recolocá-los enquanto sujeitos autônomos e produtores de sua própria história.

Da primeira demanda, que aceitei enquanto membro da comunidade, de trabalhar na recolocação profissional dos desempregados da CIBH, emerge uma demanda pessoal, enquanto psicóloga do trabalho, de recolocá-los como produtores de sua história. Dá-se aí o primeiro impasse, visto que as demandas precisariam ser ajustadas para que o trabalho pudesse contemplar os anseios da pesquisadora. Isso foi aceito pelos membros da comunidade que participavam do projeto Aviv, embora várias outras demandas individuais tenham surgido durante toda a nossa atuação no projeto, convergentes com os ideais de cada um dos participantes do grupo de trabalho, ideais que nunca se constituíram como uma demanda do grupo, criando impasses para o projeto. As discussões, bastante positivas, sobre a divisão das demandas dos participantes, não conseguiram, entretanto, promover uma demanda coesa, que pudesse alavancar o projeto de forma consistente. O impasse desse grupo pode ser visto como um reflexo do contexto atual em que vivemos, onde a pluralidade de respostas a uma mesma questão traz um excesso de fluidez ao processo.

A demanda dos trabalhadores junto ao projeto Aviv girou em torno de oportunidades de ganhos, quer como empregado ou como prestador de serviços a pessoas e empresas. Esse tipo de demanda provocou uma reflexão sobre o quanto não sabíamos a respeito das atividades desempenhadas por nossos conhecidos da CIBH, o que resultou na criação de uma forma de divulgação em quadros de avisos e no jornal de circulação interna.

Com a realização dos grupos de apresentação, uma pequena rede começou a se formar entre os trabalhadores inscritos no projeto, solicitando-se nomes de outros inscritos para participarem de empreendimentos recém-criados ou anunciando-se alguma vaga a ser preenchida.

A proposta de uma oficina de projeto veio ao encontro da demanda dos inscritos, que viram aí a possibilidade de se associarem num projeto de cooperativa. O desconhecimento a respeito das possibilidades de vinculação demandou envolvimento e divisão de trabalho, resgates

de situações vividas no mundo do trabalho e mesmo da história da CIBH. Identificados na urgência do dinheiro, partilharam oportunidades. Diante da inexistência de um produto concreto ou de um projeto pronto de produção de renda, a frustração manifestou-se e os participantes acreditaram que a oscilação da frequência aos encontros, as diferenças de experiência de vida e a dúvida sobre se a realização do projeto seria comum ou individual foram as responsáveis por não avançarem mais. De qualquer forma, consideraram válidas a experiência e as vivências de um posicionamento mais ativo e autônomo em relação ao trabalho. Um projeto pessoal de realização de um curso chegou à direção da CIM. O curso foi anunciado, mas não houve alunos inscritos.

Minha proposta inicial neste mestrado, em termos de atualização, informações, convivência e compreensão maior do mundo do trabalho, foi alcançada graças à escuta de colegas e a professores que souberam respeitar minhas resistências e dificuldades, fazendo com que meu trabalho representasse um desafio para mim.

Esta pesquisa contemplou a minha demanda singular de refletir mais profundamente sobre o tema em foco e a repercussão dessa reflexão em nossa comunidade.

Entrelaçada por vários fatores, minha implicação foi efetiva e é com dificuldade que me separo de meu objeto de estudo e enfrento o desafio proposto pela Psicossociologia de que o envolvimento do pesquisador requer distanciar-se e procurar refletir sobre sua atuação, para que os resultados sejam, senão agentes de transformações sociais, ao menos catalisadores destas, trazendo uma aprendizagem genuína ao pesquisador. Este, mesmo envolvido significativamente, como no meu caso, precisa perseguir os objetivos da pesquisa. Embora não saiba até que ponto consegui atingir esse ideal, o aprendizado proveniente desta pesquisa me aproxima da experiência psicossociológica a que me propus.

CONCLUSÃO

Atuando desde 2003, o projeto Aviv, com sua meta de atendimento aos trabalhadores na condição de desemprego, adota uma estratégia de participação e mobilização comunitária que busca envolver os vários segmentos associados à Federação Israelita Mineira e às organizações da comunidade israelita belo-horizontina.

Os momentos e fases aqui descritos revelam alguns achados enriquecedores para uma compreensão mais abrangente das questões relativas à CIBH. Nossa conclusão prioriza as especificidades da CIBH a partir de seus projetos comunitários, que espelham seu compromisso com a realidade social.

Através do projeto Aviv, o tema do trabalho, a partir da pressão do desemprego, passou a ser objeto de debates, reflexão e interação na CIBH.

A modernidade, ao afastar da tradição a organização social e ao focar as relações homem/trabalho, cria desafios e suscita uma série de questões que levam a considerar as implicações dessa relação homem/trabalho e do trabalho no modo de viver humano.

As ciências sociais, que questionaram o paradigma de ciência imposto pelo positivismo, os trabalhos de campo realizados em Psicologia Social e os estudos da Psicossociologia avançam, cada vez mais, na busca de uma compreensão dinâmica e multidisciplinar dos processos sociais e das implicações do homem no seu interior.

Nos encontros da gerência e dos trabalhadores, a interação homem/trabalho foi abordada, desde a atuação dos imigrantes até os nossos dias. Ficou clara a importância do trabalho para a constituição da identidade e a participação social.

A partir do desemprego, visto a princípio como um “susto”, uma falta ameaçadora, outros significados foram explorados e vinculados a um passado de marginalização e exclusão. A inter-

relação dos processos sociais foi-se evidenciando e as perdas foram sendo associadas a outros conteúdos presentes nas falas dos grupos que formam o projeto Aviv.

A falta de emprego colocou em evidência a distância social entre os cidadãos da comunidade e remeteu a outros espaços vazios, atestando os impactos dos processos sociais no desenvolvimento histórico da CIBH: o espaço vazio dos clubes, o espaço vazio do conhecimento mútuo, o vazio de novos colaboradores e o vazio de verbas.

O discurso manifesto em torno de vagas e recolocações encerra em si um discurso latente sobre a insegurança que atravessa a comunidade e que se deixa entrever nos esforços dirigidos à construção de projetos coletivos ou individuais voltados para a integração grupal.

Procuramos trabalhar a transversalidade das questões identitárias e laborais na comunidade a partir dos relatos individuais, de histórias de vida de membros da CIBH e das entrevistas sobre vivências em condição de desemprego. A diferença do contexto socio-histórico dos narradores, ainda que gritante do ponto de vista de perspectiva, favoreceu nossos esforços de integrar os elementos identidade e trabalho frente à comunidade.

Os impactos dos processos sociais sobre as condições de trabalho e a identidade ficam evidentes nas histórias de vida dos imigrantes e nos estudos de Cuperchmid (1997) e Pfeffer (2003), uma vez que o trabalho, diante das pressões e perseguições sofridas por esses imigrantes antes de aqui chegarem, representava uma oportunidade. Foi muito expressiva a contribuição da comunidade ao abrigar e conceder pequenos empréstimos e empregos aos recém-chegados.

As vivências da condição de desemprego descritas nas entrevistas, atestando o sofrimento de cada um, pareceram-nos, à primeira vista, um processo solitário e fechado sobre si mesmo. Porém, uma segunda escuta mostrou ser nossa a dissociação dos fatos, uma vez que o material dava ciência do desligamento, da vivência de exclusão de um mundo de consumo e também de pertinência a uma comunidade. A relação entre identidade, trabalho e comunidade pôde ser

restabelecida através de uma ótica mais dinâmica, associando-se a presença e a ausência dessas categorias, como dois lados do mesmo fato que o cotidiano é capaz de nos mostrar sem compartimentalizar.

As limitações financeiras da condição de desemprego não foram negadas, pois certamente restringem a participação comunitária, mas uma distinção foi feita entre as dificuldades emocionais e as financeiras.

Os impasses muitas vezes vivenciados nas reuniões da gerência e nas oficinas entre buscar uma alternativa de organização capaz de favorecer o trabalho dos inscritos no Aviv e manter um padrão convencional de atendimento e recolocação profissional se fizeram sentir pelos estados afetivos, na ambivalência do amor e do ódio, registrados em falas e também em silêncios.

Os levantamentos quantitativos dos desempregados atendidos pelo projeto Aviv foram alvo de ponderações qualitativas que ampliaram a compreensão dos processos e das relações sociais envolvidas no desemprego e no trabalho. Embora pouco significativos em comparação com outros serviços ou centros de atendimento, os números foram suficientes para fomentar o questionamento sobre o sentido a ser atribuído ao desemprego, bem como a toda uma rede de envolvimento com diferentes graus de compromisso com a causa norteadora do projeto Aviv.

O impacto do desemprego foi percebido na busca dos trabalhadores por oportunidades e na tentativa do grupo Aviv de responder a essa demanda. Apesar das dificuldades de financiamento e da carência de vagas, o Aviv deve continuar sua jornada, por acreditar que trabalho/identidade/comunidade estão intimamente relacionados e devem ser carinhosamente trabalhados como potencialidades humanas.

A questão do adoecimento do trabalhador foi recorrente, tanto pelos encaminhamentos feitos como pelas queixas expressas nas oficinas e entrevistas. A baixa vitalidade³⁹ de alguns entrevistados pôde ser associada ao contexto socio-histórico, que oferece poucas perspectivas de realização ao trabalhador, e às relações de trabalho/desemprego propriamente ditas, que minimizam as chances de naturalização ou psicologização de fatores sociais. Por outro lado, muitos desses trabalhadores pareciam não ter a vivência de baixa de vitalidade, enfrentando a situação com força de vontade e mostrando-se “perfeitamente empregáveis” no mercado.

A vinculação do desemprego/trabalho com a experiência dos imigrantes, com a exclusão social ou mesmo com aspectos da tradição só ocorreu no grupo da gerência, não tendo sido evocada nas oficinas ou entrevistas, o que mostra uma visão mais fracionada ou fatal do desemprego.

O “esvaziamento” ou menor envolvimento das pessoas na vida da comunidade foi mencionado nos grupos da gerência e oficinas, mas não nas entrevistas.

Por outro lado, foram os trabalhadores desempregados que, nas oficinas, procuraram saber mais sobre os conflitos políticos da comunidade, para definir seu espaço físico. Também foi nesse grupo que afloraram relatos saudosos de uma comunidade anteriormente plena de convivência, em contraste com o vazio atual.

Nossa pesquisa permitiu relacionar a crise atual do trabalho e a questão do desemprego, com as quais se ocupa a CIBH através do projeto Aviv, aos preceitos da cultura judaica ao longo da história e ao desenvolvimento dessa comunidade.

³⁹ Entende-se por vitalidade um dos critérios de apreciação das condições para o trabalho, presentes inclusive nos processos seletivos das empresas. Essa vitalidade está associada ao prazer para a ação não compensatória. Estudiosos como Lüscher a relacionam com o bom funcionamento do sistema nervoso autônomo, por independe de processos mentais ou da vontade.

A realidade do desemprego e as articulações feitas no grupo da gerência em atenção a esse sofrimento mobilizaram medos quanto ao futuro das novas gerações e suas possibilidades de sobreviver dignamente por meio do trabalho. Também ampliaram a compreensão de questões ligadas ao trabalho.

Nas oficinas, o trabalho foi visto mais como meio de interação do que como exercício de um papel social específico ou em termos de uma carreira profissional. Também foi considerada sua função como meio de subsistência e autonomia.

Embora a fala dos participantes da oficina vinculasse o trabalho à identidade, não houve diferença significativa entre os autônomos e os que procuravam, ainda sem conhecer, um emprego duradouro. Para esses trabalhadores, não importava tanto o objeto do trabalho – já haviam trabalhado em muitas áreas e com diversos vínculos profissionais e se referiam às suas realizações como feitos de sujeitos da ação e não como atividade definidora de uma identidade: “Eu já fiz isto, eu traduzi isto”, centrando a identidade na escolha e na liberdade de ação do trabalhador. Essa visão parecia partilhada pelo grupo, em sua heterogeneidade e diferença etária. Talvez os profissionais que tivessem maior oportunidade de serem absorvidos pelo mercado se prendessem mais ao papel social de uma carreira.

Se o aspecto religioso da questão do trabalho/desemprego não foi abordado, questionou-se o poder público, buscando-se informação sobre os planos de ação do governo no que tange ao trabalho, mas sua operacionalidade não chegou a ser assimilada. Parcerias com órgãos públicos são lentas e envolvem muita burocracia e controle.

É a fala dos inscritos que permite registrar o caminho (*Kasher*⁴⁰) percorrido nesses três anos de existência do projeto Aviv junto aos trabalhadores em busca de dias melhores:

Sabe, a gente vê que está difícil mesmo, em todo lugar, não é só aqui. Mas o fato é que a moça telefona, pergunta, encaminha, tenta. A gente sente o empenho dela. ECH1

É isso aí, eu sinto que não é apenas mais um currículo. Estou aflito, estou até pensando em ir pra Israel, a moça teve boa vontade, disse que me encaminharia pra ser entrevistado, estou com fé que consigo. EAH2

⁴⁰ *Kasher*, aqui, significando tudo que se comporta como a lei judaica e é, portanto, digno de confiança.

Referências

AFONSO, Lúcia (Org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Pesquisa sobre desemprego realizada pelo Conselho de Psicologia de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comunicação oral, 2005.

BARROS, Vanessa A.; SALES, Mara; NOGUEIRA, Maria Luiza M. Exclusão, favela e vergonha: Uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalhador: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p.323-335.

BLEGER, José. *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 106. *apud* CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: a formação da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922-1961)*. Dissertação. Mestrado, História – Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997, p.160.

CARVALHO, Ricardo Alves de. Saúde mental e trabalho: um novo (velho) campo para a questão da subjetividade. In: CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson C. (Org.). *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 58-64.

CARVALHO, Ricardo Alves de. *Les nouvelles technologies de gestion et la mobilisation de la subjectivité des travailleurs dans une usine d'automobiles au Brésil*. 1996. Thèse doctorat (Sociologie des Mutations) - Paris VII. Lille: Ed. P.U. Septentrion, 1997.

CARVALHO, Ricardo Alves de. *Trabalho com gestão: considerações sobre os novos perfis profissionais*. Fafich, UFMG. Belo Horizonte, 2000. 14 f. (Mimeo)

CARVALHO, Ricardo Alves de. *Considerações teórico-metodológicas sobre as novas configurações autogestivas no mundo do trabalho neste início de milênio*. Nesth/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

CARVALHO, Ricardo Alves de. Reconfiguração de perfis entre os processos de inserção, “desinserção” e reinserção dos (novos) sujeitos trabalhadores. In: CARVALHO, Ricardo Alves de; HORTA, Carlos Roberto (Org.). *Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001 b, p. 149-165.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Eliana de Moura; ARAÚJO, José Newton Garcia de. Análise social e subjetividade. In: MACHADO, Marília Novais da Mata et al. (Org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.17-26.

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: a formação da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922-1961)*. Dissertação Mestrado de História – Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl.. São Paulo: Oboré, 1992.

DELUMEAU, Jean. *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1978, p. 540. *apud* MEZAN, Renato. *Psicanálise, judaísmo: ressonâncias*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p.125.

DUCHOWNY, Aléxia Teles; ABREU, Stefania Marinho de. Transformações identitárias da comunidade judaica de Belo Horizonte. In: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (Org.). *Iniciação científica 2002/2003*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.p. 289-312.

ENRIQUEZ, Eugène. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 36, n. 37, jan/jun. 1974.

ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENRIQUEZ, Eugène. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENRIQUEZ, Eugène. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio Moreira de (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas, 1999. p. 69-83.

ENRIQUEZ, Eugène. O vínculo grupal. In: MACHADO, M. N. M. *et al.* (Orgs.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 61-74.

ENRIQUEZ, Eugène. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: MACHADO, Marília Novais da Mata *et al.* (Orgs) *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b. p. 27-44.

FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho. Sentidos conferidos ao plantão psicológico pelos trabalhadores: uma compreensão dos limites e possibilidades desse tipo de serviço. *Vertentes*, n. 20. São João Del-Rei: UFSJ, 2002, p. 46-53.

FRUTUOSO, Suzane. Em busca das raízes. *Revista Época*. São Paulo: Globo, 27/4/2006, p. 64-68.

FURTADO, O.; SETÚBAL, R.: Polêmica: voluntariado: solução ou acobertamento. Última atualização em 25/2/06. <http://www.psyu.com.br/interna.asp-idCliente-24&acao-pi&id=864htm>.

GALEAZZI, Irene. Desemprego. In: CATTANI, A. D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 67- 72.

GEIGER, Pedro P. Judaísmo e pós-modernidade. In: LEWIN, Helena; KUPERMAN, Diane. *Judaísmo: memória e identidade*, v. II, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

GOLDMAN, Daniel. O dilema religioso do desemprego: uma resposta judaica: uma resposta judaica. *Devarim: duas visões contemporâneas do judaísmo*. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Ari, fev. 2006, p. 7-9.

GOULART, I. B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalhador: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GRANOVETTER, Mark. The strenght of weak ties, 1973. *Apud* LIMA, Alessandro Barbosa. In.: Terra e-life – *Micros: suas redes sociais dão o mapa do emprego na Web*. <http://informatica.terra.com.br/interna/0,,OI295915-EI1684,00.html> última atualização em 19/6/06.

HORNEY, Karen. *A personalidade neurótica de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

JACQUES, Maria das Graças *et al.* Pesquisa. In: *Psicologia social contemporânea*. Livro-texto. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 73-85.

JACQUES, Maria das Graças *et al.* Identidade. In: *Psicologia social contemporânea*. Livro-texto. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

JACQUES, Maria das Graças *et al.* Identidade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2002. p.161-165.

KLIKSBERG, Bernardo. *Justiça sócia: uma visão judaica*. São Paulo: Maayanot, 2001.

KILIMNIK, Zélia Miranda. Trabalhar em Tempos de “Fim dos Empregos”: Mudança na trajetória de carreira de profissionais de Recursos Humanos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 1998 ano 18 n/2 p.34-45.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, 375p. *Apud* CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: a formação da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922-1961)*. Dissertação Mestrado de História – Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

LEVY, André. *Ciências Clínicas e organizações sociais: Sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

LEVY, Jacques; MENACHE, Leon. *A comunidade judaica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, 1986.

LIMA, Alessandro Barbosa. In: Terra e-life – *Micros: suas redes sociais dão o mapa do emprego na Web*. <http://informatica.terra.com.br/interna/0,,OI295915-EI1684,00.html> última atualização em 19/6/06.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes; BORGES Adriana Ferreira. Impactos Psicossociais do Desemprego de Longa Duração. In: GOULART, I. B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalhador: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.p. 337- 355.

LIRA, E.; WEINSTEIN, E. Desempleo y dano psicológico. 22 p., mimeo. Santiago, 1980. *Apud* SILVA, Seligmann. Crise econômica, trabalho e saúde mental. In.: CAMON, Valdemar Augusto Angerami (Org.). *Crise, trabalho e saúde mental no Brasil*. São Paulo: Traço, 1986, p. 54-132.

MACHADO, M. N. M. *et al.* (Org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, M. N. M. *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

MACHADO, M. N. M. *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MARGULIES, Sérgio. S/Cem Porcento Kasher: o caminhar judaico. *Devarim: duas visões contemporâneas do judaísmo*. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Ari, fev. 2006.

MEZAN, Renato. *Psicanálise, judaísmo: ressonâncias*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTERO, Maritza. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; PENA-VEGA, Alfredo (Org.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PFEFFER, Renato. *Vidas que sangram história: a comunidade judaica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte; Face-Fumec, 2003.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEADE, DIEESE. Relatório metodológico da pesquisa de emprego e desemprego. São Paulo: Fundação Seade, 1995. *Apud* GALEAZZI, Irene. *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: vozes, Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2002. p. 71.

SILVA, Seligmann Edith. Crise econômica, trabalho e saúde mental. In: CAMON, Valdemar Augusto Angerami (Org.). *Crise, trabalho e saúde mental no Brasil*. São Paulo: Traço, 1986, p.54-132.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SORJ, Bernardo (Org). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. *Apud* DUCHOWNY, Aléxia Teles; ABREU, Stefania, 2004. *Transformações identitárias da comunidade judaica de Belo Horizonte*. In: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (Org.). *Iniciação científica 2002/2003*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p. 289-312.

SORJ, Bernardo. O judaísmo moderno em perspectiva histórica. In: SORJ, Bernard; GRIN, Mônica (Ed.). *Judaísmo e modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. *Apud* GEIGER, Pedro P. *Judaísmo e pós-modernidade*. In: LEWIN, Helena; KUPERMAN, Diane (Org.). *Judaísmo: memória e identidade*, v. II, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 191-200.

TRAJANO, Ana Rita. *Trabalho e identidade em novas configurações socioproductivas: autogestão, autonomia e solidariedade em construção*. 2002. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

Depoimentos Orais⁴¹

Alberto Mizrahy,	19/08/1992,	120'	(Entrevistador: Fernanda Lamego)	Palestina
Chana Lichter Katz,	26/01/1989,	50'	(Entrevistador: Renato S. Pfeffer)	Polônia
Dora Kalihman,	08/ 1989,	30'	(Entrevistador: Renato S. Pfeffer)	Rússia/Romênia
Dôres C.Ferreira Calvo,	13/12/1988,	60'	(Entrevistador: Renato S. Pfeffer)	Portugal
Esther Levy,	10/04/1991,	90'	(Entrevistador: Fernanda Lamego)	Constantinopla
Esther Mizrahi	08/05/1991,	60'	(Entrevistador: Fernanda Lamego)	Palestina
Haim Kendler	20/03/1991,	60'	(Entrevistador: Fernanda Lamego)	Palestina-Sfat
Helena Shwartzman ...	09/08/1990,	60'	(Entrevistador: Renato S. Pfeffer)	Palestina-Sfat.
Isack Golgher,	22/04/1991,	120'	(Entrevistador: Fernanda Lamego)	Bessarábia
Luci P.Rosebaum....	18/04/1991,	60'	(Entrevistador: Fernanda Lamego)	Belo Horizonte

⁴¹ Entrevistas do acervo do Instituto Histórico Israelita Mineiro e relacionadas pelo nome seguido da data da entrevista, duração da gravação, nome do entrevistador responsável e local de nascimento do entrevistado.